

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SUSTENTABILIDADE

**SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE
PROJETOS PEDAGÓGICOS**

RENATO CONTE ROCHA

Campinas/SP

2021

RENATO CONTE ROCHA

**SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE
PROJETOS PEDAGÓGICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade (PPGS) do Centro de Economia e Administração (CEA) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade.

Área de Concentração: Sustentabilidade
Linha de Pesquisa: Planejamento, Gestão e
Indicadores de Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. André Pires

Campinas/SP

2021

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

339.5
R672s

Rocha, Renato Conte

Sustentabilidade nos cursos de graduação em ciências contábeis do estado de São Paulo: uma análise a partir de projetos pedagógicos / Renato Conte Rocha. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

104 f.: il.

Orientador: André Pires.

Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Contabilidade. 3. Ensino superior. I. Pires, André. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

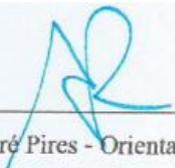
CDD - 22. ed. 339.5

RENATO CONTE ROCHA

**SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE
PROJETOS PEDAGÓGICOS**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade da PUC-Campinas, e Aprovada pela Banca Examinadora.

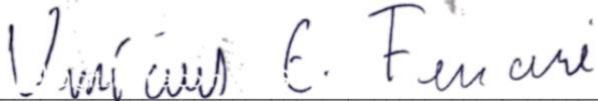
Aprovação: 22 de fevereiro de 2021.



Prof. Dr. André Pires - Orientador
PUC-CAMPINAS



Prof. Dr. Gideon Carvalho de Benedicto
Universidade Federal de Lavras (UFLA)



Prof. Dr. Vinicius Eduardo Ferrari
PUC-CAMPINAS

“Sua Mãe disse aos que estavam servindo: Fazei tudo o que Ele vos disser!”

João 2:5

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Nossa Senhora, por continuamente me aproximar da Verdade com ternura e perseverança.

A minha esposa, pela sua fidelidade na construção de nossos sonhos e pela sua dedicação em me fazer feliz.

As minhas filhas Maria Clara, Maria Laura e Maria Lívia, por serem a minha fonte de alegria e paz.

Aos meus pais, agradeço por serem meus primeiros e maiores educadores.

Ao meu irmão e sua família, agradeço pelo grande apoio e incentivo a este projeto.

Ao meu orientador Professor André Pires, pelos direcionamentos e contribuição.

Agradeço postumamente a Professora Celeste Januzzi, que carinhosamente me auxiliou nesta pesquisa.

Ao Professor José Vicente de Souza Filho, pela sua paixão inspiradora à Educação e às Ciências Contábeis.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

O conceito de sustentabilidade foi sendo construído a partir da tomada de consciência dos problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais. Por ser inter e transdisciplinar este é afetado por diferentes abordagens sociais e econômicas. A contabilidade, em sua missão particular de elaborar e processar dados econômicos/financeiros passa cada vez mais a se relacionar com ações de planejamento, geração e comunicação de informações sobre sustentabilidade. Este cenário indica a necessidade de adequação dos processos educacionais em prol da consciência sustentável do profissional de contabilidade. As Instituições de Ensino Superior (IES) assumem uma posição de responsabilidade pela aderência, disseminação e prática de ações sustentáveis juntos aos estudantes dos cursos de graduação. O presente estudo tem como objetivo analisar o ensino de sustentabilidade nos cursos em Ciências Contábeis situados no estado de São Paulo e classificados na Faixa 4 do Conceito Preliminar do Curso (CPC) de 2018 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A metodologia adotada se classifica como de natureza descritiva, documental, com abordagem qualitativa para análise de dados. A pesquisa se desenvolve por meio do levantamento documental de palavras-chave relacionadas à sustentabilidade em projetos pedagógicos de cursos em Ciências Contábeis classificados na faixa 4 do estado de São Paulo. As IES pesquisadas incluíram a temática de sustentabilidade em seu projeto pedagógico, sendo que metade dos PPC foram classificados com nível de engajamento “forte”. Estes resultados indicam que já há um nível razoável de maturação deste conceito entre os cursos de graduação em Ciências Contábeis no estado de São Paulo. Porém, ainda há muito espaço para a presença da sustentabilidade se expandir no ambiente contábil, seja pelas demandas mercadológicas, sociais ou normativas. Portanto, para a formação apropriada de contabilistas, torna-se necessário que as IES mantenham um contínuo compromisso de atualização e incremento da sustentabilidade em seus Projetos Pedagógicos de Curso.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Contabilidade, Educação Superior, Projeto Pedagógico.

ABSTRACT

The concept of sustainability was being built from the awareness of environmental problems, economic crises and social inequalities. As it is inter- and transdisciplinary, it is affected by different social and economic approaches. Accounting, in its unique mission of elaborating and processing economic/financial data, is increasingly related to planning, generation and communication of information on sustainability. This scenario indicates the need to adapt the educational processes in favor of the sustainable awareness of the accounting professional. Higher Education Institutions (HEIs) assume a position of responsibility for adhering, disseminating and practicing sustainable actions with undergraduate students. The present study aims to analyze the teaching of sustainability in courses in Accounting Sciences located in the state of São Paulo and classified in Track 4 of the Preliminary Course Concept (CPC) of 2018 of the National Student Performance Exam (Enade). The adopted methodology is classified as descriptive, documentary, with a qualitative approach to data analysis. The research is carried out by means of a documentary survey of key words related to sustainability in pedagogical projects of courses in Accounting Sciences classified in track 4 of the state of São Paulo. The researched HEI included the sustainability theme in its pedagogical project, half of which had a "strong" engagement rating. This research results indicate that there is already a reasonable level of maturation of this concept among undergraduate Accounting courses in the state of São Paulo. However, there is still a lot of room for the presence of sustainability to expand in the accounting environment, whether due to market, social or regulatory demands. Therefore, for the proper training of accountants, HEIs need to maintain a continuous commitment to update and increase sustainability in their Pedagogical Course Projects.

Keywords: Sustainability, Accounting, Higher Education, Pedagogical Project.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- Quadro 2 - Níveis Corporativos pelos Princípios de Wood
- Quadro 3 - Evolução das Instituições de Ensino Superior no Brasil
- Quadro 4 - Legislação e Normas de Ensino Superior no Brasil
- Quadro 5 - Normas brasileiras relacionadas à Educação Ambiental
- Quadro 6 - Normativas do MEC do século XXI para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis
- Quadro 7 - Conteúdos Programáticos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis
- Quadro 8 - Normas do Código de Ética Profissional do Contabilista
- Quadro 9 - Evolução dos Valores Dominantes na Contabilidade
- Quadro 10 - Estrutura da disciplina Responsabilidade Social
- Quadro 11 - Sujeitos da Pesquisa
- Quadro 12 - Palavras-Chave

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Fundamentação Teórica

Figura 2 - Caminho do Planejamento Pedagógico

Figura 3 - Destaque da ODS 4 dentre as demais

Figura 4 - Evolução da Contabilidade no Brasil

Figura 5 - Organização das Normas do Código de Ética Profissional do Contador

Figura 6 - Metodologia do Trabalho de Pesquisa

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição do CPC

Gráfico 2 - Distribuição Palavras-chave por tópico do PPC

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Distribuição das palavras-chave da IES UNIFIA
- Tabela 2 - Resultados UNIFIA
- Tabela 3 - Distribuição das palavras-chave da IES UNIFEQB
- Tabela 4 - Resultados UNIFEQB
- Tabela 5 - Distribuição das palavras-chave da IES FAJ
- Tabela 6 - Resultados FAJ
- Tabela 7 - Distribuição das palavras-chave da IES UNIFESP
- Tabela 8 - Resultados UNIFESP
- Tabela 9 - Distribuição das palavras-chave da IES CSJT UNIMONTE
- Tabela 10 - Resultados CSJT UNIMONTE
- Tabela 11 - Distribuição das palavras-chave da IES SENAC
- Tabela 12 - Resultados SENAC
- Tabela 13 - Distribuição das palavras-chave da IES Anhembí Morumbi
- Tabela 14 - Resultados Anhembí Morumbi
- Tabela 15 - Distribuição das palavras-chave da IES FASERT
- Tabela 16 - Resultados FASERT
- Tabela 17 - *Ranking* de Palavras-chave
- Tabela 18 - Disciplinas de Sustentabilidade Ofertadas pelas IES
- Tabela 19 - *Ranking* de Palavras-Chave na Bibliografia Sugerida nos PPC
- Tabela 20 - Distribuição de Engajamento à Temática de Sustentabilidade.

SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPC - Conceito Preliminar de Curso

ESG - *Environmental, Social and Governance*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil

IES - Instituições de Ensino Superior

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

MEC - Ministério da Educação

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Contextualização: Sustentabilidade e Contabilidade	16
1.2. Problema	19
1.3. Justificativa	19
1.4. Objetivos	21
1.5. Estrutura do Trabalho	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1. Sustentabilidade	22
2.1.1. Contextualização Histórica	23
2.1.2. Conceito de Sustentabilidade	27
2.1.3. Desenvolvimento Sustentável	31
2.1.4. Responsabilidade Social	33
2.1.5. Indicadores de Sustentabilidade	37
2.1.6. Relatórios de Sustentabilidade	41
2.2. Educação	45
2.2.1. Educação Superior	45
2.2.2. Ensino de Sustentabilidade	50
2.2.3. Ensino de Ciências Contábeis	54
2.3. Contabilidade para Sustentabilidade	59
2.3.1. Ética Profissional Contábil para o Desenvolvimento	59
2.3.2. Convergência entre Contabilidade e Sustentabilidade	62
2.3.3. Ensino de Sustentabilidade em Ciências Contábeis	64
3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	67
3.1. Tipo de Pesquisa	67
3.2. Desenvolvimento da Pesquisa	67
3.3. Universo, Amostra e Sujeitos da Pesquisa	69
3.4. Coleta de Dados	71
3.5. Análise de Dados	72
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	74
4.1. Apresentação dos Resultados por IES	74
4.1.1. Centro Universitário Amparense - UNIFIA Amparo/SP 2018	74
4.1.2. Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB 	76
4.1.3. Faculdade de Jaguariúna - FAJ Jaguariúna/SP 2016	78
4.1.4. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Osasco/SP 2020	80

4.1.5.	Centro Universitário São Judas Tadeu - CSJT/UNIMONTE Santos/SP 2018	82
4.1.6.	Centro Universitário SENAC - SENAC São Paulo/SP 2014	83
4.1.7.	Universidade Anhembi Morumbi São Paulo/SP 2019.....	86
4.1.8.	Faculdade Anhanguera de Sertãozinho FASERT Sertãozinho/SP 2017	87
4.2.	Análise dos Resultados Consolidados	89
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERENCIAL	100

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se desenvolve por meio da intersecção de três áreas de conhecimento: a Sustentabilidade, a Contabilidade e a Educação. O ponto de encontro das três áreas se dá especificamente na investigação sobre o ensino da temática de sustentabilidade em cursos de graduação em Ciências Contábeis. Ainda que as áreas de conhecimento de Educação e Contábeis antecedam a Sustentabilidade, este ponto de conexão comum expande o saber de todas elas, mas principalmente amplia a visão do profissional de contabilidade para enfrentar desafios da sociedade contemporânea. Esta interdisciplinaridade voltada à formação mais completa e mais ética de um Contador foi o que suscitou este projeto, pois como contador busco uma formação integral e transcendente as especialidades técnicas.

1.1. Contextualização: Sustentabilidade e Contabilidade

A sustentabilidade é um termo polissêmico. De acordo com Barbieri (2007), é a capacidade de um sistema ou modelo se sustentar de forma a não permitir que desequilíbrios setoriais atinjam o todo. Este princípio se relaciona com vários aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais.

Estes fatores identificam as principais forças de interesses da sociedade que devem ser gerenciados para organizar a aplicação da sustentabilidade. Elkington (1999) propõe três pilares ao enfoque sustentável organizacional: pessoas, planeta e lucro. Essa teoria valoriza a harmonização entre as dimensões sociais (pessoas), ambientais (planeta) e econômicas (lucro), pois entende que a geração de valor nestes três pilares reflete-se no fortalecimento da marca – e conseqüentemente – na importância de mercado das organizações. Entretanto, há uma literatura crítica sobre esta forma de compreensão da sustentabilidade - de autores como Marques (2019), Boff (2012), entre outros - que indica a impossibilidade desta harmonização dentro do sistema capitalista.

A viabilização desta teoria se dá também pela quantificação do desempenho econômico, social e ambiental por meio de uma gama de indicadores de sustentabilidade. Dentre os modelos de indicadores de maior prestígio o GRI (*Global Reporting Initiative*) é um modelo que utiliza Diretrizes Contábeis para mensuração do desenvolvimento sustentável. O modelo de Relatório de Sustentabilidade da GRI é utilizado pelas empresas brasileiras, em especial, as de capital aberto elegíveis ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

A adoção da prática de divulgar resultados de sustentabilidade concomitante à elaboração das demonstrações financeiras das organizações indica a relevância das atividades

contábeis ao processo de expansão da visibilidade das ações de sustentabilidade destas instituições (AMBROGI, 2007). Por isso, estar atento aos pontos de convergência entre as Ciências Contábeis e Sustentabilidade é fundamental no desenvolvimento estratégico de ações sustentáveis por parte de empresas públicas e privadas.

A contabilidade em sua missão particular de elaborar e processar dados econômico-financeiros como (i) receitas, custos, passivos, ativos, patrimônio; passa a se relacionar com ações de geração e comunicação de informações sobre sustentabilidade de perspectivas ambientais e sociais como (ii) recursos, resíduos, eficiência energética entre outros. A matéria de sustentabilidade se fortalece no universo contábil principalmente nas atividades de elaboração de Relatórios Integrados. Ribeiro (2006) reforça que não se trata da criação de uma vertente paralela a ciência contábil, porém a contabilidade ambiental e social são forças poderosas para construção e evidenciação fidedigna de resultados sustentáveis.

A integração entre contabilidade e sustentabilidade motivou a criação em 2004 do projeto *Accounting for Sustainability* (A4S - Contabilidade para Sustentabilidade), cujo patrono é o Príncipe de Gales. Este esforço ganhou grande notoriedade com a formação do Comitê Internacional de Relatórios Integrados (IIRC) dentro da Federação Internacional dos Contabilistas (IFAC). Com isso, houve grande interação entre a sustentabilidade e as ciências contábeis, pois diversas empresas passaram a atender seus princípios, incluindo companhias globais.

Outra tendência global que promove a temática sustentável é a Agenda *ESG* (*Environmental, Social and Governance*). Os agentes de mercado passam a realizar suas práticas corporativas e de investimentos incluindo cada vez mais os fatores de sustentabilidade. O próprio Banco Central do Brasil lançou em 2020 a sua versão da Agenda *ESG* reforçando a importância dos aspectos socioambientais para perenidade e valorização das empresas. Esta iniciativa impulsiona investidores e instituições financeiras brasileiras a se alinharem a este movimento internacional (MARCOVITCH e PINSKY, 2020).

Conforme Cirelli e Kassai (2010) o contador tem responsabilidade como qualquer outro cidadão ou profissional no processo de sustentabilidade, devendo assumir sua atribuição de forma ativa. Ou seja, não pode se limitar a elaborar demonstrações contábeis, mas deve atuar estrategicamente e participando ativamente das tomadas de decisão.

Segundo Tinoco (2010) o papel do profissional de contabilidade é decisivo para apresentação de eventos econômicos alinhados à informação de sustentabilidade. Esta constatação aponta a importância de ascendência de líderes capazes e bem preparados a desenvolver modelos de negócios sustentáveis.

O Conselho Federal de Contabilidade no Brasil aponta que “*para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar*” RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011. Esta confiabilidade se torna uma necessidade ainda mais latente no momento atual em que interesses de imagem sustentável podem conflitar com informações inverídicas para uso comercial (BOFF, 2012).

Ainda no Brasil a classe profissional tem convertido ações que caminham no entendimento da necessidade do conhecimento de sustentabilidade ser incorporado as práticas contábeis, como por exemplo, com a RESOLUÇÃO CFC Nº 1.003/04 – NBC T15 que recomenda procedimentos técnicos a serem observados na apresentação de dados ambientais e sociais. Porém, a quantidade de empresas que evidenciam seus resultados sustentáveis na bolsa de valores do Brasil, denominada “Brasil, Bolsa, Balcão” (B3), representa uma parcela muito pequena do universo de empresas do Brasil (VELLANI; RIBEIRÃO, 2009).

Este cenário indica a necessidade de adequação dos processos educacionais em prol da consciência sustentável do profissional de contabilidade. Para Gadotti (2008) a educação para sustentabilidade é inter e transdisciplinar, sendo que no ambiente universitário a mudança de paradigmas significa ir além das informações ambientais, mas produzir novos conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável.

O Brasil somente em 2012 fortificou a idealização da formação de recursos humanos (universitário) quanto ao tema de sustentabilidade estabelecendo as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental no Brasil por meio da Resolução CNE/CP 2/2012. Porém, as diretrizes vigentes do MEC para as Ciências Contábeis de 2004 ainda não contemplam de forma explícita premissas sobre questões sustentáveis. Este documento de Diretrizes Curriculares para Ciências Contábeis (RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004) apenas apresenta superficialmente conceitos de consciência social e econômica ao perfil esperado do egresso em Ciências Contábeis em seu artigo terceiro:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a: I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização.

O Conselho Federal de Contabilidade indo além dos pressupostos do MEC definiu em sua Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (2ª edição - 2009) ementas visando à formação de sustentabilidade, principalmente na disciplina *Responsabilidade Social*. Neste caso há inequívoca manifestação de preceitos ambientais e sociais no conteúdo programático esperado aos contabilistas.

Atualmente as questões relacionadas à sustentabilidade são abordadas nas Portarias que definem os requisitos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes para os alunos de Ciências Contábeis, tais como a nº 439 de 2018. O artigo 5º inciso V dispõe como característica do perfil do concluinte: “*ético e probo em sua atividade profissional, comprometido com a responsabilidade socioambiental e com o respeito às diversidades da sociedade*”.

O nível de adequação dos cursos a estes preceitos passa a suscitar pesquisas de caráter acadêmico. Alguns estudos já mostraram graus da implementação de ensino de sustentabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Santos (2019) por exemplo, analisou a inserção da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis no estado do Paraná. Porém, a relevância e velocidade desta evolução (CALIXTO, 2006) provocam novos aprofundamentos e novos estudos sobre a formação de profissionais de contabilidade alinhados ao conhecimento sustentável nas universidades brasileiras.

1.2. Problema

O contexto acima apresentado fundamenta a questão do problema a ser tratado nesta pesquisa: *Como a temática de sustentabilidade tem sido desenvolvida nos cursos em Ciências Contábeis a partir de seus projetos pedagógicos?*

1.3. Justificativa

Existe uma necessidade de ascendência de líderes que possam atuar habilmente em questões sustentáveis (VOLTOLINI, 2011). Vinculada a posição de destaque que profissionais da área contábil podem ter na geração, discussão e apresentação de saberes e valores sustentáveis nas organizações privadas ou públicas, esta investigação se propõe delinear aspectos que integram estas três variáveis: Sustentabilidade, Contabilidade e Ensino.

1.3.1. Sustentabilidade e Ciências Contábeis

A convergência entre as áreas de conhecimento de Sustentabilidade e Contábeis está se desenvolvendo de forma ampla e dinâmica (CORREA e TEIXEIRA, 2016). Portanto, estes pontos de convergência precisam ser constantemente apreciados para que os mesmos sejam continuamente compreendidos. Assim, facilita-se o levantamento de conteúdos essenciais à formação dos contabilistas sobre sustentabilidade, contribuindo para uma visão concatenada destes dois conteúdos.

1.3.2. Ensino de Sustentabilidade aos Contabilistas

A contribuição ao desenvolvimento sustentável que o contabilista pode proporcionar em sua atuação profissional é aumentada quando o conhecimento *sobre* o tema é abordado em seu processo educacional. Gadotti (2008) ilumina o enfoque pedagógico afirmando que este não pode ser somente *sobre* a sustentabilidade, mas *para* o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a Resolução CNE/CP 2/2012 identifica claramente a Educação Superior como um momento fértil para inserção de conhecimentos de sustentabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Quanto mais bem instruídos, mais os contabilistas poderão ser capazes de influenciar os tomadores de decisão em prol da sustentabilidade. Os resultados desta pesquisa geram subsídios para se analisar a relação entre as proposições do MEC e do Conselho Federal de Contabilidade (quanto aos tópicos a serem estudados sobre sustentabilidade) e as demandas do tema relacionadas à vivência profissional da contabilidade.

1.3.3. Ensino de Sustentabilidade Aplicado nos Cursos de Ciências Contábeis

A educação sobre sustentabilidade no currículo de graduandos em Ciências Contábeis já foi incorporada no Brasil em 2009 com a Proposta Nacional de Conteúdo para Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Porém, Calixto (2006) apresenta a resistência que o tema sofre para ser inserido nas grades curriculares. Proporcionalmente ao rápido desenvolvimento do assunto, as abordagens de conteúdo desta matéria estão em incessante evolução. Por isso, novas análises teóricas e comparativas se tornam importantes instrumentos de validação e monitoramento do que tem sido aplicado pelas instituições de ensino a partir de propostas do Conselho Federal de Contabilidade (além de conselhos regionais e demais associações de classe) e das demandas profissionais sobre a matéria de sustentabilidade.

Finalmente, a realização deste estudo se justifica ao gerar alternativas de análise em prol da melhoria do perfil dos egressos de Ciências Contábeis em relação às questões sustentáveis a partir dos pontos chave que são detalhados nesta pesquisa. Assim, este trabalho traz especial colaboração para:

- (a) **Profissionais da contabilidade:** no entendimento de seu papel e linhas de ação para o desenvolvimento sustentável em sua vivência profissional;
- (b) **Faculdades de Ciências Contábeis:** no acesso a análises de práticas pedagógicas de implementação da educação de sustentabilidade, conectando a transversalidade desta matéria às questões éticas relacionadas à formação; e
- (c) **O ambiente acadêmico:** na discussão aprofundada da temática sustentável num contexto de baixa produção de estudos similares e alta demanda de exposição da sustentabilidade nas organizações civis. Enfim, o trabalho pode ser relevante para

Coordenadores de Cursos, Diretrizes Curriculares de Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Conselho Nacional de Educação, entre outros.

1.4. Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento do ensino de sustentabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis a partir de seus projetos pedagógicos, a fim de reunir subsídios teóricos e práticos sobre a formação deste tema para contabilistas.

O intuito de responder ao objetivo geral sugere a apresentação de objetivos específicos organizados por etapas da pesquisa, sendo estas:

- Estabelecer palavras-chave que caracterizem a temática de sustentabilidade no ambiente profissional de Ciências Contábeis e nas propostas educacionais definidas pelos órgãos reguladores para os cursos superiores em Ciências Contábeis.
- Identificar a presença da temática de sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos de Cursos em Ciências Contábeis a partir das palavras-chave presentes em seu conteúdo.
- Reconhecer padrões e tendências na adoção e relevância da temática de sustentabilidade no planejamento de IES do estado de São Paulo para cursos de Graduação em Ciências Contábeis.

1.5. Estrutura do Trabalho

Este trabalho se organiza em 5 capítulos. A Introdução contextualiza os temas que serão abordados, identifica o problema da pesquisa, justifica sua relevância e apresenta seus objetivos.

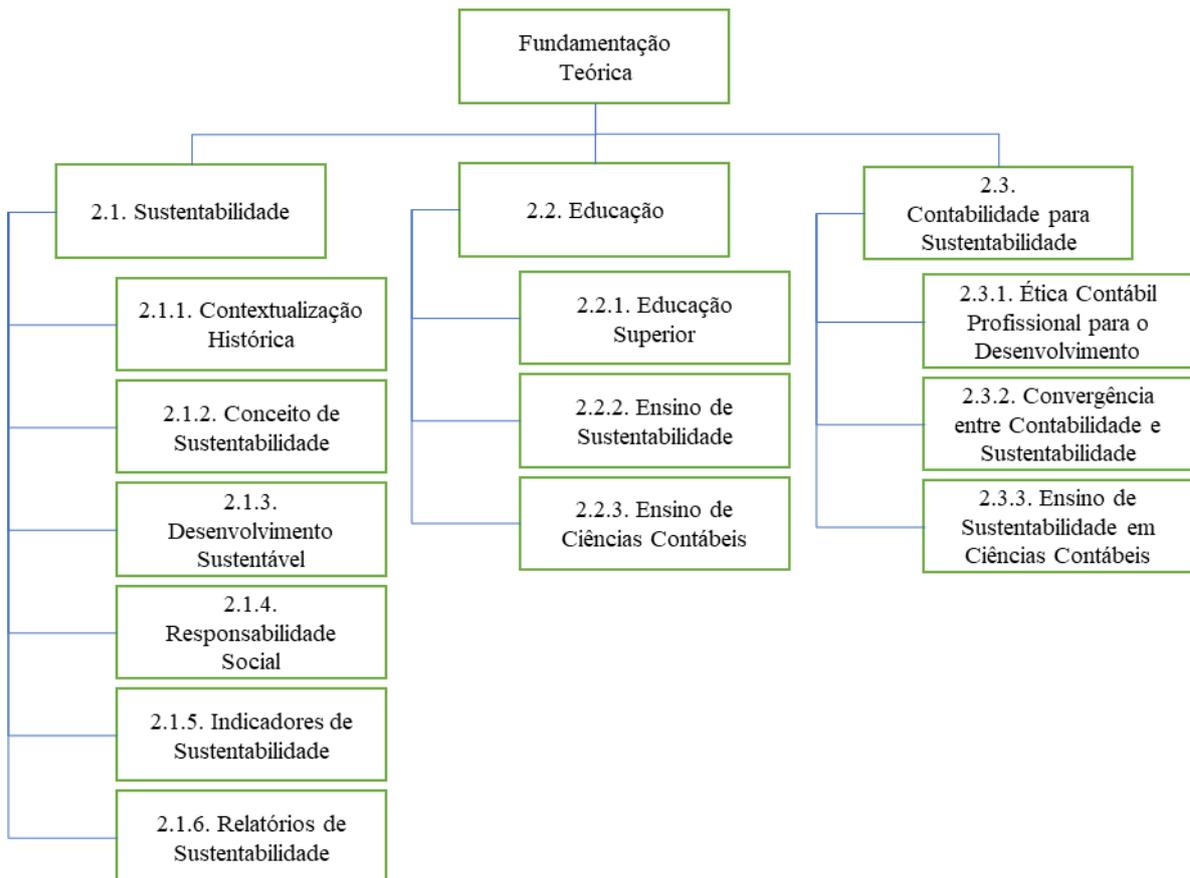
No segundo capítulo a Fundamentação Teórica destaca os pilares da pesquisa e seus pontos de intersecção sendo estes: Sustentabilidade, Educação e Contabilidade. O capítulo 3 aborda os aspectos metodológicos classificando-os por: Tipo de Pesquisa, Desenvolvimento da Pesquisa, Universo e amostragem da Pesquisa, Instrumentos de Coleta de Dados e Análise de Dados.

Os Resultados são apresentados e analisados no capítulo 4, sendo os seus elementos alicerce para as Considerações Finais estruturadas no capítulo 5. Finalmente o Referencial lista toda a base documental e bibliográfica utilizada em sua composição.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica explora obras bibliográficas e documentais para fundamentar as três variáveis principais desta dissertação conforme demonstra a figura 1:

Figura 1 - Estrutura da Fundamentação Teórica



Fonte: o autor.

2.1. Sustentabilidade

Este capítulo tem como objetivo apresentar o conceito de Sustentabilidade. Primeiramente por meio de uma contextualização histórica que identifica alguns dos principais marcos do tema. Posteriormente, são abordadas visões conceituais a partir de autores do desenvolvimento sustentável. Por fim, são apresentados pontos marcantes da sustentabilidade no ambiente corporativo, próprios a atuação de contabilistas, como Responsabilidade Social, Indicadores de Sustentabilidade e Relatórios de Sustentabilidade.

2.1.1. Contextualização Histórica

O século XX foi marcado pelo fortalecimento dos meios de produção econômica, principalmente no período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial) quando houve intensificação das atividades econômicas tanto no bloco socialista que por meio do controle estatal retomou seu fortalecimento industrial, como no bloco capitalista com a demanda de consumo represada; criação de tecnologia de produção em massa (industrial e agrícola); e regulação macroeconômica produziu crescimento econômico tanto nos países do primeiro mundo, quanto em outros mercados subdesenvolvidos (GASPAR, 2015).

A expansão econômica mundial acelerou a exploração dos recursos naturais trazendo consigo desequilíbrio aos diversos ecossistemas da biosfera. Porém, autores de vanguarda da temática ambiental como Carson (1962) entendiam que os prejuízos ao meio ambiente não eram os únicos efeitos colaterais do crescimento econômico. Os tecidos sociais foram afetados com problemas como a presente desigualdade social e concentração de riquezas.

As inquietudes relacionadas a proteção ambiental passaram a tomar lugar de destaque nas discussões sobre os principais desafios globais. Camargo (2002) destaca o papel das Nações Unidas nesta tomada de consciência:

Em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que viria mais tarde a ter um papel fundamental nas questões relacionadas aos problemas ambientais. Se desde a sua fundação destacavam-se temas como a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo, antes mesmo do final do século XX a proteção ambiental já assumia a quarta posição no universo das principais preocupações das Nações Unidas. (CAMARGO, 2002. p. 41)

Com a percepção dos problemas ambientais e sociais se disseminando surgiram organismos, eventos e estudos que buscavam soluções de harmonização entre as ações humanas e o equilíbrio socioambiental (OLIVEIRA, 2012).

Neste contexto, o Clube de Roma emergiu como organização formada por intelectuais e estudiosos de vários países reunidos com o propósito de discutir caminhos para a sustentabilidade do planeta. O trabalho lançado em 1972 “Limites do Crescimento” - contratado pelo Clube de Roma junto ao MIT (Instituto Tecnológico de *Massachussets*) - apresentou como principal solução aos problemas ambientais o conceito de “Crescimento Zero” a ser adotado por todos os países, mesmo os subdesenvolvidos. Oliveira (2012) aponta que apesar de ter sido alvo de diversas críticas - em especial os reflexos negativos junto aos países subdesenvolvidos que se manteriam estagnados socialmente - “Limites do Crescimento” se destaca pelo seu pioneirismo na discussão de questões ambientais *versus* econômicas.

Contemporaneamente a esta obra do Clube de Roma a ONU organizou em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo. Esta conferência inaugurou os esforços deste organismo global na busca por equilibrar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, sem deixar de lado a discussão dos direitos humanos. A Conferência de Estocolmo resultou em um manifesto ambiental pontuando princípios que norteariam a agenda ambiental das Nações Unidas.

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas [...] (Declaração da Conferência da ONU para o Meio ambiente (Estocolmo, 1972).

Gurski. *et al.* (2012) descrevem alguns marcos do pós Estocolmo, entre eles (i) o conceito de ecodesenvolvimento, elaborado por Maurice Strong em 1973 e difundido por Ignacy Sachs (2002); (ii) a Declaração de Cocoyok em 1974 que abordava a questão da explosão demográfica resultante da pobreza e responsável pela destruição ambiental (EPIPHÂNIO et. ARAUJO, 2008); (iii) e o Relatório Dag-Hammarskjöld em 1975 que completa a Declaração Cocoyok reforçando a necessidade de mudanças na estrutura de propriedades rurais (EPIPHÂNIO e ARAUJO, 2008). A trajetória desenvolvida por estes eventos culminou posteriormente no Relatório de Brundtland de 1987 conhecido como “Nosso Futuro Comum”.

Para Nascimento (2012) “Nosso Futuro Comum” foi o resultado do maior esforço até então realizado pela humanidade para a sustentabilidade. Liderada pela norueguesa Gro Harlen Brundtland, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) foi criada para propor novos paradigmas globais, sendo esta, a equipe responsável pelo relatório final. A sua missão de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ao meio ambiente culminou no termo denominado Desenvolvimento Sustentável: “*Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades*”. Nascimento (2012) ainda reforça que há incógnitas para esta equação, pois deliberar quais são “*necessidades humanas*” atuais ou de gerações futuras são definições abertas e discutíveis.

Sobrinho (2008) ao estudar o Relatório de Brundtland, difunde as grandes partes que estruturam o relatório: I. Preocupações Comuns; II. Desafios Comuns e III. Esforços Comuns. Apesar de considerar “Nosso Futuro Comum” um relatório de abordagem completa as

questões econômicas, políticas e sociais; aponta que sua modelagem diplomática fragiliza determinadas disposições, pois traz metas utópicas (tanto no plano nacional como internacional) e não consideram de forma significativa as disparidades entre as nações.

Na sequência dos resultados obtidos pela CMMAD realizou-se em 1992 no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, ou Cúpula da Terra. O empenho mundial para o desenvolvimento sustentável gerou neste momento a Agenda 21, uma delimitação de ações para: (i) diminuição da interferência do homem na natureza e renovação dos recursos ambientais; (ii) afastamento do insustentável crescimento econômico (a partir de padrões insustentáveis de produção e consumo) e (iii) enfrentamento a questões sociais como a pobreza e a dívida externa de países em desenvolvimento. Alguns dos pontos de ação que a Agenda 21 incentivou as nações foram: (i) combate ao desmatamento; (ii) despoluição de águas e ar; (iii) proteção a atmosfera; (iv) proteção da vida marinha, e (v) gestão de resíduos (SOBRINHO, 2008).

Esta conferência avança na reflexão sobre a soberania de governos nacionais, mas indica que a cooperação técnica e científica entre os Estados é imprescindível para redução de danos ambientais e assimetrias sociais (SOBRINHO, 2008). A cooperação internacional e a importância de instituições multilaterais são mais uma vez destacadas 10 anos depois pela Declaração de Johannesburgo (2002), a qual convoca os países membros a convergência de esforços para o desenvolvimento sustentável (BERCHIN e CARVALHO, 2015).

A continuidade do ciclo de amadurecimento da Cúpula da Terra se dá na Rio+20, em que mais uma vez a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável se reúne para refletir e deliberar sobre soluções para os problemas fundamentais da vida humana no planeta (BERCHIN e CARVALHO, 2015). Para Berchin e Carvalho (2015) sua declaração final “O Futuro que Queremos”, estabelece uma linha de continuidade a partir de conferências e declarações anteriores refletidas no suplemento de compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável e com as gerações futuras.

O cenário econômico de transformação na virada do milênio exposto por Gaspar (2015) revela que padrões de consumo e comportamento social sofreram transições em larga escala ao passo que a urbanização crescia. O aumento da velocidade de evoluções tecnológicas e de telecomunicações geraram novos modos de vida, conseqüentemente novos padrões de necessidades. Esta conjuntura tonificou o pilar social da sustentabilidade, direcionando as forças das Nações Unidas para o combate à pobreza e demais privações sociais. O reflexo deste enfoque foi a Declaração do Milênio da ONU em 2000.

Roma (2019) esclarece que o documento enfrenta os principais desafios Sociais do século XXI por meio de oito linhas de ação: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Cada objetivo recebeu proposições de metas para alcançá-los e indicadores para acompanhá-los. Esta parceria mundial que impunha um modelo metodológico específico aos estados até 2015 (ODM), somado as bases conceituais lançadas pela Rio+20 no documento “O Futuro que Queremos”, incentivaram a ONU a elaborar um conjunto de objetivos ainda mais abrangentes ao desenvolvimento sustentável.

Os Estados membros das Nações Unidas criaram, em 2015, consenso para um plano de ação em prol das pessoas, do planeta e da prosperidade por meio da adoção do documento intitulado “Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ROMA, 2019). O caminho metodológico para se alcançar o desenvolvimento sustentável (inspirado nos ODM) foi criar 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) detalhados em 169 metas (com seus respectivos indicadores) a serem alcançados até o ano de 2030 a partir de ações a serem implementadas pela humanidade por meio de governos, organizações e indivíduos. Os objetivos são:

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível de energia para todos.
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
Objetivo 14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: adaptado de ONU (2015).

Okado e Quineli (2016) detalham o fluxo evolutivo das ODM para as ODS explicando que os 8 objetivos foram englobados no novo modelo de 17 objetivos de desenvolvimento. Os autores entendem que há um aperfeiçoamento do modelo expandido para outros pilares da sustentabilidade (econômico e ambiental) além da dimensão social (já enfocada nos ODM). Eles frisam que ambas as agendas se tratam de proposições para o futuro, ou seja, planos que vislumbram o alcance de metas a serem realizadas nos próximos quinze anos. Os 17 ODS são, portanto, as principais tendências de orientação global para o alcance do desenvolvimento sustentável, ainda que esta iniciativa não abarque exaustivamente tudo o que deve ser feito para o equilíbrio sustentável do homem com a natureza.

2.1.2. Conceito de Sustentabilidade

Sustentabilidade é um termo que sintetiza o cuidado com a qualidade de um sistema de integração indissociável entre natureza e humanidade, e avalia seus aspectos ambientais, sociais e econômicos (FEIL e SCHREIBER, 2017).

Ainda que haja uma série de correntes de pensamento em relação a sustentabilidade (e suas variâncias), genericamente todas as definições convergem para a interação entre (a) viabilidade econômica, (b) prudência ecológica e (c) justiça social (ALMEIDA 2002).

Elkington (1999) denomina este tripé baseado no equilíbrio entre questões econômicas, ambientais e sociais como *Triple Bottom Line*, ou os 3 “P” *people, planet e profit* (pessoas, planeta e lucro). O autor considera que a estabilidade dos mercados passa pelo papel das organizações na busca pelo desenvolvimento sustentável, ou seja, gerenciar os negócios não somente pelo viés financeiro, mas considerando aspectos sociais e ambientais. A agenda da sustentabilidade altera a estrutura temporal do mercado dando maior ênfase ao pensamento a longo prazo. Assim, se torna desafiador incorporar esta ótica a cultura imediatista que atualmente rege as estratégias empresariais.

Barbieri *et al.* (2010) lembram que no ambiente franco fônico a expressão “Sustentável” é tratada pelo termo “Duradouro”, forma esta que, segundo o autor, é mais adequada do que “sustentável” para classificar o projeto de transformação global. Isso porque como “sustentável” não especifica uma dimensão temporal.

A sustentabilidade foi sendo definida a partir da tomada de consciência dos problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais. Por ser transdisciplinar, ela é afetada por diferentes abordagens, logo é importante alinhá-la a sistemas específicos que garantam a sua aplicabilidade como nos sistemas sociais (urbanização, mobilidade, comunicação), sistemas industriais (transporte, produção, energia) e sistemas naturais (solo, atmosfera,

oceanos) (SARTORI *et al.* 2014). Logo, para resultados práticos a sustentabilidade deve se apoiar em estruturas de enfoque como dimensões ou pilares da sustentabilidade (SARTORI *et al.* 2014). Para Elkington (1999, 2004) os 3 “P” estruturam o tema pelos seguintes pontos de sustentação:

O pilar social engloba o capital humano que direta ou indiretamente se relaciona com as atividades de uma empresa, assim inclui funcionários, fornecedores e a comunidade em seu entorno. O aspecto sustentável se dá na manutenção de relações de trabalho saudáveis, salários justos, trabalho decente e relacionamento benéfico com a comunidade local (ELKINGTON, 1999, 2004).

O pilar econômico confirma que a empresa deve exercer suas atividades produtivas e entregas de valor por meio de uma ética competitiva justa, mantendo-se atenta aos impactos negativos ou desequilíbrios em suas práticas produtivas ou comerciais, para que a organização consiga deixar legados positivos às gerações futuras (ELKINGTON, 1999, 2004).

Finalmente, o pilar ambiental trata dos impactos ao meio ambiente que as atividades organizacionais geram a curto, médio ou longo prazo. A eficiência energética, destinação adequada de resíduos, controle de emissões de gases de efeito estufa estão entre os cuidados permanente para minimizar os danos que a operação da empresa proporciona ao meio ambiente (ELKINGTON, 1999, 2004).

Utilizando-se dessas mesmas bases conceituais, Sachs (2004) estrutura o caminho para a sustentabilidade, como a busca pelo desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. O autor detalha a sustentabilidade enfatizando as suas dimensões e as ampliando (SACHS, 2002):

1. **Social:** distribuição de renda justa, emprego pleno e autônomo, com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais e razoável homogeneidade na distribuição de riqueza;
2. **Cultural:** equilíbrio entre respeito a tradição e inovação, autonomia para projeto nacional integrado e endógeno, e abertura para o mundo.
3. **Ecológica:** preservação do capital natural para recursos renováveis e limitação do uso dos recursos não renováveis.
4. **Ambiental:** respeito a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
5. **Territorial:** equilíbrio entre as configurações rurais e urbanas, incluindo a melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias para seguridade ambiental de áreas ecologicamente frágeis.

6. **Econômica:** desenvolvimento econômico equilibrado, modernização dos instrumentos produtivos, autonomia na pesquisa científica e tecnológica, inserção soberana na economia internacional e segurança alimentar.
7. **Política Nacional:** democracia com apropriação universal dos direitos humanos, capacidade do Estado implementar o projeto nacional em parceria com empreendedores.
8. **Política Internacional:** cooperação internacional, garantia da paz e controles institucionais.

Na sociedade atual os valores ligados a sustentabilidade estão sendo institucionalizados pela mídia, ambientalistas, movimentos sociais e governos. Com isso novos modelos organizacionais de cunho sustentável surgem como resposta a sociedade. Contudo, os modelos organizacionais devem ficar atentos ao consumo para que os eventuais ganhos de redução de uso de recursos não sejam neutralizados por uma compensação de aumento de produção (BARBIERI *et al.* 2010).

Bacha *et al.* (2010) consideram que as instituições estão se conscientizando cada vez mais e admitindo que fazem parte de ecossistemas complexos interagindo com comunidades, sociedades, governos, pessoas e meio ambiente. O crescimento sustentável está diretamente ligado a sua valorização como ente deste ecossistema, assim como a sua abertura para transparência, cidadania e interação com os *stakeholders* (grupos de interessados) de seu entorno.

Alguns desafios da sustentabilidade já seguem como consenso na comunidade científica, entre eles: (i) a necessidade de integração da economia com fatores ambientais e sociais; (ii) a necessidade de se estabelecerem questões institucionais e (iii) a relevância das ações atuais como consequências para o futuro. Entretanto, divergências de posicionamento ainda impedem o progresso do desenvolvimento sustentável (SARTORI *et al.* 2014).

As críticas de Veiga (2010) em relação à discussão sobre sustentabilidade estão intimamente ligadas a duas disciplinas científicas: a ecologia e a economia. O enfoque ecológico diz respeito principalmente a sua capacidade de resiliência. Os recursos naturais sofrem impactos e distúrbios constantes ao gerarem os subsídios para a manutenção da existência humana e estes devem ser analisados para que estejam em níveis que o planeta seja capaz de adaptar-se para sobreviver. Logo, supera-se o conceito de equilíbrio imaginário, mas enfrenta-se a capacidade de absorver os choques e se reorganizar.

Para a questão econômica, Veiga (2010) levanta as divergências conceituais que ainda existem primeiramente sobre a colisão entre a sustentabilidade: (i) “fraca” que preconiza o

repassa às gerações futuras o capital econômico, capital natural-ecológico e o capital humano-social necessários; e (ii) “forte” elege a obrigatoriedade de pelo menos o capital natural ser preservado. Uma segunda corrente de embate se dá na crítica aos modelos tradicionais de mensuração de estoques ou produção que foram usados na base de indicadores de sustentabilidade e por sua natureza priorizam as questões mercantis acima dos recursos humanos e naturais. Por fim, a perspectiva biofísica, que nega a Economia como um sistema autônomo, neste caso condicionando a sustentabilidade a minimização de fluxos de energia e matéria; e desvinculando avanços sociais a aumentos de produção e consumo.

Os debates e críticas relacionados a sustentabilidade, sejam pela sua prática ou questões teóricas podem ser vistos em cenários diversos. Comumente empresas demonstram resistência em implementar iniciativas ambientais ou sociais acreditando que essas práticas possam gerar demandas maiores no futuro ou por possibilitarem uma exposição negativa em performances abaixo do esperado. Há também aqueles que partem da premissa que apenas os ganhos econômicos irão garantir a sustentação da empresa. Porém, com investimento em tecnologia e recursos o desenvolvimento sustentável poderia ser alcançado naturalmente (HOPWOOD, MELLOR, & O'BRIEN, 2005; MAKOWER, 2009).

Neste cenário de desafios e obstáculos Boff (2001) menciona que “a solução demanda uma coalização de forças mundiais ao redor de uma nova sensibilidade ética, novos valores, outras formas de relacionamento com a natureza e novos padrões de produção e consumo”. O autor enumera os princípios de uma nova ética da sustentabilidade:

1. **Princípio da Afetividade.** “*Da sensibilidade frontal, do pathos nasce o ethos*”. As relações humanas contam com valores, e suas ações são afetadas por sentimentos como afetividade, amorosidade. Sendo essas emoções a base do *mundo de excelências*, ou seja, daquilo que se entende por bom ou mau.
2. **Princípio do Cuidado/Compaixão.** “*O cuidado é um dado ontológico prévio, construtor do humano*”. O cuidado com a vida é a base de manifestação do *pathos*. O ser humano em sua fragilidade quando nasce depende do cuidado para florescer em sua existência. Este mesmo conceito suporta o princípio de que o que é cuidado dura mais.
3. **Princípio da Cooperação.** “*A cooperação, como princípio para uma ética sustentável, constitui a lógica objetiva do processo evolucionário e da vida*”. Para que se haja equilíbrio dinâmico da evolução, todas as energias e seres cooperam para coevoluir.

4. **Princípio da Responsabilidade.** “*Ser responsável é dar-se conta das consequências de nossos atos*”. A ação deve estar lastreada por este princípio de responsabilidade para que as consequências não sejam deletérias para a vida ou para o futuro.

Para Amartya Sen (2000), as superações dos problemas de sustentabilidade sejam locais, nacionais ou globais também passam pela solidificação de valores elementares. A expansão da “liberdade” é vista como o principal meio e principal fim para o desenvolvimento. A relação dialógica dos âmbitos particular e social contemplam decisões pessoais influenciadas por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições que o habilitam (boa saúde, educação, condições econômicas mínimas, entre outros); amparadas nas liberdades políticas organizadas e garantidas pelo Estado.

Para Abramovay (2012) enfrentar o desafio de se alcançar uma vida econômica em que a ética e o respeito aos limites dos ecossistemas estejam no centro das decisões é emergencial. O próprio sentido da vida econômica deve ser questionado: “produzir – e produzir mais - para quê?” Ainda que a luta pelo fim da desigualdade e pelo fim da pobreza sejam estratégicos para a sustentabilidade, a conjuntura de aumento de oferta e acesso a bens e serviços ameaça “à existência da espécie humana por seus efeitos na biodiversidade, no clima e nos grandes equilíbrios geoquímicos dos quais depende a própria vida” tornando o tema absolutamente central.

2.1.3. Desenvolvimento Sustentável

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicada pela primeira vez em um simpósio da ONU sobre o meio ambiente e o desenvolvimento na década de 1970. Neste ato, ambientalistas que eram até então vistos contra o desenvolvimento, equilibram o discurso se postando não contra o desenvolvimento, mas a favor de um “desenvolvimento sustentável”. A expressão passou então a ser utilizada e se legitimou finalmente quando foi adotada como um dos principais pilares do referido Relatório de Brundtland no final da década de 1980. Assim, tornou-se manifesta a aceitação de que o desenvolvimento é necessário para o bem estar comum, mas pondera-se que os desafios ambientais devam ser considerados (VEIGA, ZATZ, 2008).

Sartori *et al.* (2014) explicam que a diversidade de interpretações sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável resulta na apropriação do termo por diferentes grupos com diferentes interesses, tendo assim práticas específicas aos seus respectivos contornos sociais.

A diversidade de abordagens e definições da expressão desenvolvimento sustentável é evidente, porém Bellia (1996) indica que todas trazem em si o espírito de responsabilidade comum e sinalizam uma alternativa aos modelos atuais de produção e consumo.

A ideia de desenvolvimento dentro do contexto de responsabilidade também foi abordada pelo Papa Francisco em sua encíclica *Laudato Si* (2015): “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral.” Além disso, o Papa incentiva uma cooperação global em que os países mais ricos cedam aos menos favorecidos auxílio na resolução do problema da dívida pública, redução de consumo de energia não renovável e fornecimento de recursos. Outro aspecto importante da carta papal se dá no fortalecimento da justiça intergeracional. Alinhada a famosa definição de desenvolvimento sustentável presente em “Nosso Futuro Comum”, o Papa convoca o mundo a uma solidariedade intergeracional englobando assim a proteção às gerações futuras. Responsabilizar-se pela humanidade no futuro se faz também por meio da reciclagem dos sistemas econômicos atuais que não podem focalizar exclusivamente na expansão do consumo, da produção e assim do crescimento econômico.

Barbieri e Silva (2011) distinguem crescimento de desenvolvimento. Para os autores crescimento é o aumento de riqueza de uma nação enquanto desenvolvimento é a mudança de qualidade de vida de sua população. Logo o desenvolvimento sustentável não pode ser associado diretamente a crescimento, já que crescimento não assegura o fim de desigualdades, pobreza ou degradação do meio ambiente. Os autores lembram ainda que no documento “Nosso Futuro Comum” está a definição mais conhecida do desenvolvimento sustentável: “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”, reforçando a visão qualitativa de desenvolvimento.

Veiga (2006) também se manifesta no sentido de que o crescimento seja essencial para o desenvolvimento, porém pondera que o crescimento por si não traz desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável depende que as sociedades contemporâneas se comprometam em usufruir dos recursos naturais sem esgotá-los, respeitando seus limites sem promover crescimento por meio de artifícios nocivos ao meio ambiente.

Sen (2000) busca discutir o conceito de desenvolvimento sustentável de forma ampla, sem restringir sua análise apenas ao aspecto econômico. Por isso, parte de uma reflexão filosófica do que é desenvolvimento:

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumento especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importantes, em vez de restringi-la a alguns dos meios, que inter alia, desempenham um papel relevante no processo. (SEN, 2000, p. 17-18).

As razões principais para que a liberdade esteja no centro do significado de desenvolvimento do autor são primeiramente a possibilidade real de acesso as oportunidades, ou seja, um ambiente que proporcione caminhos diversos; e adicionalmente a capacidade de escolha individual de deliberar sobre as rotas a serem seguidas (SEN, 2000).

O autor aponta que o desenvolvimento não pode ser dissociado da vida das pessoas. A simples evolução de indicadores como PIB ou industrialização, apesar de relevantes não são por si só valores de desenvolvimento. A importância de avanços econômicos é reconhecida, mas a relação entre economia e população deve constituir uma teia capaz de aumentar a riqueza ao passo que também reduz a pobreza. Para o alcance do desenvolvimento, Sen (2000) enumera liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Assim, a liberdade é incluída como “fins” e “meios” do desenvolvimento, sendo as pessoas agentes ativos de promoção e beneficiárias dos ganhos.

O desenvolvimento deve, portanto, se associar a questões ambientais de forma responsável, utilizando-se dos aspectos econômicos para o desenvolvimento social “passe pela libertação humana com relação à opressão material, o que supõe partilha equitativa dos bens e a supressão de todos os entraves que impedem seu desabrochar, na busca de uma melhor situação” (SACHS, 1998).

2.1.4. Responsabilidade Social

A evolução histórica do termo Responsabilidade Social compreende as transformações de compromisso ético-legal que as organizações assumem junto a sociedade a partir do entendimento do seu papel como agente social e econômico (PADINI *et al.* 2007).

A abrangência da Responsabilidade Social avança em sua prática executiva, assim como sua definição conceitual, porém ainda que suas bases teóricas não estejam coesas no universo acadêmico o nível de discussão das entidades corporativas para o desenvolvimento sustentável está em ascensão (COSTA, 2016).

Carroll (1999) define a Responsabilidade Social Corporativa como a prática contributiva para o desenvolvimento sustentável além das exigências legais ou de redução de

impactos de sua operação. Legitimamente, as abordagens práticas têm pautado e direcionado a própria evolução conceitual do tema que convergem nas seguintes dimensões: *stakeholders*, social, ambiental, econômico e voluntariado (DAHLSRUD, 2008).

Para Carmo (2016), o desenvolvimento da Responsabilidade Social divide-se em dois momentos: o primeiro contempla o período entre a eclosão da Revolução Industrial e a metade do século XX. Traz como características principais um conjunto de intervenções sociais realizadas pelas organizações baseadas em ações pontuais de filantropia orientadas pela racionalidade dos sócios ou gestores. Neste período, a lógica para destinação de recursos empresariais às ações sociais era gerada pelos tomadores de decisão a partir da sua sensibilidade individual voltada a caridade ou pela prática paternalista de líderes organizacionais junto a sociedade local. Ainda assim, esta abordagem conflitava a legalidade da decisão por alocar recursos financeiros da empresa em ações extra operacionais em detrimento as de auto investimento, distribuição de lucros, ou aumento de benefícios aos empregados (BARBIERI e CAJAZEIRA, 2012). Carmo (2016) ressalta que as ações de responsabilidade social até o início do século XX se materializaram por meio de doações e auxílios financeiros a terceiros, sem conexão precisa à estratégia da organização.

Para o autor, o segundo momento da Responsabilidade Social, contemporâneo a era moderna, a partir da segunda metade do século XX, repercute uma mudança de paradigma organizacional sobre as responsabilidades das empresas na sociedade. O marco literário deste novo período é o livro *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios* de Howard Bowen (1953), pois este conduz um pensamento vanguardista sobre as relações entre organizações e sociedade.

As ações sociais realizadas pelas empresas, antes marcadas por disposições pontuais provocadas por seus líderes em definições monocráticas, passavam a ser estabelecidas de forma tática, ou seja, processos institucionais (CARMO, 2016).

O estudo de Battagello (2013) demonstra que o conceito de Responsabilidade Social evoluiu por meio da racionalização das ações sociais aplicadas ao desenvolvimento estratégico das organizações. A autora classifica modelos de Responsabilidade Social Empresarial traçando seus níveis de interação com a relevância de geração de valor ao *core business* das empresas:

- **RSE Reativa.** As ações de RSE são realizadas pontualmente de maneira defensiva e responsivas as pressões de mercado. Não há neste caso interação entre as questões sociais e ao *core business* da organização.

- **RSE Integrativa.** Neste nível a empresa além de gerar ações defensivas as pressões de mercado busca melhorar sua reputação e imagem utilizando-se da divulgação de sua atuação socioambiental. Inicia-se uma ligeira aproximação entre a RSE e o *core business*, porém ainda não há vantagem competitiva significativa já que o objetivo continua sendo a mitigação de prejuízos sociais e ambientais.
- **RSE Estratégica.** O objetivo é integrar as questões socioambientais ao *core business* da organização gerando valor para a sociedade por meio de sua atuação. A empresa reforça sua estratégia com este diferencial competitivo transformando a cadeia de valor.
- **RSE de Inovação.** Neste caso as questões socioambientais ultrapassam a relação de interação e se transformam no *core business* da organização. A inovação em serviços e produtos que levem ao desenvolvimento ambiental e social figura no objetivo central da empresa refletindo assim em suas ações de RSE.

Contudo, além das motivações de compromisso ético, Kleiton (2004) aborda as ações de responsabilidade social como artifícios utilizados pelas corporações para responder a pressões negativas da sociedade por danos causados em sua atuação empresarial. A autora analisa a evolução do tema questionando os ganhos competitivos das empresas enquanto consolida e distingue abordagens da responsabilidade social:

- a) **Abordagem Normativa:** a empresa está sujeita ao julgamento ético como qualquer outra personalidade humana. Ainda que este conceito seja evidente nos dias de hoje o ponto de vista ético e social foi sendo desenvolvido pelo tempo.
- b) **Abordagem Contratual:** nascida em meados de 1970, a vertente intitulada *Business & Society* buscou um enfoque mais sociológico/político voltado ao pragmatismo nas relações éticas entre empresas e sociedade.
- c) **Abordagem Estratégica:** Esta perspectiva busca fornecer ferramentas de gestão para melhoria do desempenho ético e social da empresa. Por meio do preceito de que se é bom para a sociedade é bom para a empresa fundamenta-se o inverso como tese de conduções econômica. (KREITLON, 2004).

Os traços da evolução conceitual e prática da Responsabilidade Social exprimem a compreensão das organizações e da sociedade em relação ao papel das empresas como agente social. A discussão se aprofunda na determinação de quais são os limiares de riquezas geradas pelas empresas. A amplitude conceitual de geração de riqueza se inicia restringindo as mesmas apenas a sua prestação de serviços ou produção de bens e prossegue até a visão mais

ampliada que inclui *stakeholders* beneficiados sem conexão direta com as organizações. Contudo, o entendimento do papel institucional das organizações é fortalecido quando analisado juntamente ao contexto social e econômico que as organizações estão inseridas (PARDINI *et al.* 2008).

A percepção de Milton Friedman (1977) sobre a responsabilidade social da empresa está associada a primazia da rentabilidade aos acionistas, logo o autor entende que as ações corporativas limitam-se àquelas que irão trazer retorno do investimento financeiro por meio do aumento de sua credibilidade junto ao mercado.

Já Carroll (1998) entende que o engajamento corporativo pode atingir um nível mais elevado de compromisso social intitulado Empresa Cidadã: aquela que realiza seus objetivos sociais sem que os interesses comerciais e econômicos sejam diretamente relacionados. Neste grau o compromisso ético aplicado a gestão empresarial privilegia a entrega de benefícios aos diversos *stakeholders* (internos ou externos) dentro de uma cidadania corporativa estratégica, ou seja, direcionada a entrega de resultados a sociedade (ASHLEY *et al.* 2000).

A motivação para adoção da ação responsável se relaciona com seus princípios organizacionais, assim o modelo de desempenho social corporativo pode auxiliar a análise do grau de maturidade da empresa classificando-a como: Institucional, Organizacional ou Individual (WOOD, 1991). Garay (2006) estrutura os níveis corporativos relacionados aos princípios de Wood organizando seus níveis, focos e valores conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Níveis Corporativos pelos Princípios de Wood

Princípio	Legitimidade: sociedade permite a existência do negócio, lhes dá poder. Se abusam do poder, pode-lhes tirar.	Responsabilidade Pública: negócios são responsáveis pelas saídas relacionadas aos seus públicos primários e secundários.	Individual: gestores são atores morais. São obrigados a exercê-la e serem avaliados.
Nível	Institucional, baseado nas obrigações genéricas de uma organização.	Organizacional, baseado nas circunstâncias específicas e relacionamentos com o ambiente.	Individual, baseado nas obrigações de cada um como atores na sociedade.
Foco	Obrigações e sanções.	Parâmetros comportamentais para as organizações.	Definem a responsabilidade dos gestores como atores morais e como percebem e exercitam suas escolhas.
Valores	Definem a relação institucional entre negócios e sociedade e específica o que é esperado.	Reduzem as responsabilidades de uma firma aos problemas relacionados aos seus interesses e atividades.	Escolha, oportunidade, responsabilidade pessoal.

Fonte: adaptado de Garay (2006).

Portanto, evidencia-se que a relação entre empresa e sociedade é escalável em sua abordagem. Neste sentido, Carroll (1979) apresenta seu modelo de pirâmide para explicitar a capacidade evolutiva das empresas no seu envolvimento com a sociedade, além de seus

anseios de rentabilidade. Para o autor as quatro categorias de atendimento as questões sociais são: obrigações econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Entretanto, o modelo preconiza que o esforço corporativo seja para atendimento pleno de todas as camadas, demonstrando assim que todos os elementos de pacto social são relevantes para sua participação efetiva como agente de desenvolvimento.

2.1.5. Indicadores de Sustentabilidade

Hammond *et al.* (1995) explicam que a terminologia da palavra “indicador” remonta do verbo proveniente do latim *indicare*, palavra utilizada para significar: divulgar, indicar e anunciar. Para os autores os indicadores são ferramentas informativas sobre o progresso de atingimento de objetivos sociais tais como o desenvolvimento sustentável. Indicadores fornecem também pista para um significado maior, ou seja, tornam perceptível uma tendência ou fenômeno. Outra característica dos indicadores é a sua capacidade de demonstrar informações de forma simplificada para a compreensão, ao contrário de dados estatísticos ou modelo científicos e econômicos de difícil interpretação.

Indicadores quantificam e simplificam as informações, no entanto necessitam de uma metodologia sólida e fixa de medição. Além disso, para serem bem sucedidos devem ser direcionados ao seu público alvo, sendo moldados para o melhor discernimento do usuário (HAMMOND, *et al.* 1995).

A ótica trazida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é que indicadores podem ser definidos como parâmetros, ou ainda, um valor derivado de parâmetros sobre um fenômeno. Isto expressa que os indicadores possuem um significado sintético para uma finalidade específica em que suas principais funções são: reduzir o número de parâmetros para apresentação de uma situação e simplificar o processo de comunicação aos usuários da informação (OCDE, 2013).

A literatura converge no entendimento que indicadores têm como objetivo trazer relevância as informações de forma mais clara a partir de consolidação e quantificação de dados, com isso melhorando o processo de comunicação (VAN BELLEN, 2004).

Tunstall (1992, 1994) observa que as funções dos indicadores podem ser: (i) avaliar conjunturas e tendências; (ii) comparar condições e situações; (iii) avaliar metas e objetivos em relação as suas condições; (iv) fornecer pontos de atenção ou advertência; e (v) antecipar tendências ou condições futuras.

Van Bellen (2004) aponta a importância da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD - Commission on Sustainable Development), criada pela Agenda 21 na evolução de

indicadores específicos para a sustentabilidade. A CSD chama atenção para a necessidade de haver uma base comum capaz de gerar denominadores universais para avaliação do grau de sustentabilidade por meio de unidades que relacionem fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais, institucionais, entre outros. O autor observa que há fragilidades nos sistemas de avaliação e identifica a vasta fragmentação de indicações entre as diversas metodologias de mensuração e divulgação de indicadores de sustentabilidade.

A afirmação de Veiga (2010) que o uso de indicadores é uma exigência para a sustentabilidade está relacionada a necessidade da sustentabilidade ser bem avaliada por meio de medidas simultâneas de dimensão ambiental, desempenho econômico e bem-estar social. Segundo o autor a discussão sobre indicadores de sustentabilidade surge na década de 1970 e passa pelo surgimento, fortalecimento e declínio de diversas métricas que vão sendo construídas, criticadas e moldadas pela comunidade científica. Dentre estas destaca-se o exemplo do "Índice de Bem-estar Econômico Sustentável" (Isew na sigla em inglês) de Daly e Cobb (1989) que mais tarde se transformou no Indicador de Progresso Genuíno (GPI na sigla em inglês).

Adicionalmente Veiga (2010) reforça que os cálculos dos indicadores partiam tradicionalmente de dados das contabilidades nacionais (comumente utilizados no produto interno) para a partir deles se alcançar indicadores de bem-estar econômico ou progresso social. Este cenário incentivou esforços para que fossem criados indicadores genuinamente de sustentabilidade, tendo como principal conversão as recomendações do *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (Stiglitz-Sen-Fitoussi, 2009). A rigor, Veiga (2010) direciona sua visão sobre os indicadores de sustentabilidade a luz da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009):

A avaliação, a mensuração e o monitoramento da sustentabilidade exigirão necessariamente uma trinca de indicadores, pois é estatisticamente impensável fundir em um mesmo índice apenas duas de suas três dimensões. A resiliência dos ecossistemas certamente poderá ser expressa por indicadores não monetários relativos, por exemplo, às emissões de carbono, à biodiversidade e à segurança hídrica. Mas o grau de tal resiliência ecossistêmica não dirá muito sobre a sustentabilidade se não puder ser cotejado a dois outros. Primeiro, o desempenho econômico não poderá continuar a ser avaliado com o velho viés produtivista, e sim por medida da renda familiar disponível. Segundo, será necessária uma medida de qualidade de vida (ou bem-estar) que incorpore as evidências científicas desse novo ramo que é a economia da felicidade. (VEIGA, 2010, vol.24, no.68).

Os problemas metodológicos para o delineamento dos indicadores se tornam um desafio evidente, já que estes necessitam consolidar informações de todas as dimensões da sustentabilidade (entre elas, a econômica, social, ambiental, institucional) sem deixar de detalhar individualmente cada dimensão para qualificar a análise de dados, mas criando

sinergia entre as mesmas para que os valores finais gerados tenham significado agregado em um número razoável de índices. Enfatizar a participação qualitativa dos dados se justifica como fator de valorização dos aspectos sociais (RIBEIRO, 2006).

Carvalho (2018) destaca que a trajetória do termo desenvolvimento sustentável obteve insuficiente abordagem teórica pela relevância do tema para a sociedade. Mas se por um lado a gênese do termo e suas principais bases de discussão aconteceram em cúpulas e eventos globais a sua aplicabilidade está na base de práticas conscientes que intervêm de forma efetiva na história do planeta e da humanidade. Assim, o papel do indicador qualitativo ganha destaque por considerar as bases comunitárias que construíram os dados que os indicadores se propõem a comunicar. A interação consciente entre homem e natureza é a base para o desenvolvimento sustentável real, logo a construção de modelos participativos e qualitativos de indicadores valorizam a capacidade contributiva da comunidade.

Na intenção de pesquisar modelos de indicadores para gestão sustentável Santos *et al.* (2016) identificaram as principais ferramentas de análise do desenvolvimento sustentável utilizadas no meio acadêmico:

- **Global Reporting Initiative:** esta organização internacional sem fins lucrativos disponibiliza linhas orientadoras a corporações, empresas, organizações governamentais e não governamentais na mensuração e comunicação de dados de sustentabilidade. A *GRI* tem se destacado por se tornar um padrão internacional de publicação do desempenho sustentável das organizações. Alinhada ao conceito de *Triple Bottom Line* auxilia o compartilhamento claro e transparente de informações socioambientais por meio de estruturas confiáveis de elaboração de relatórios de sustentabilidade. A *GRI* mantém constante seus ciclos de atualização assumindo cada vez mais destaque entre os diversos usuários da informação.
- **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social:** desenvolvido pelo Instituto Ethos, outra organização sem fins lucrativos, este modelo de indicadores foi concebido a partir da demanda de elaboração do Balanço Social. A ferramenta abrange conteúdos diversos que são capazes de diagnosticar e avaliar a incorporação da responsabilidade social. O conceito de comportamento empresarial socialmente responsável estabelece as linhas fundamentais com seus usuários.
- **Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*):** este método de medição do uso e impacto sobre natureza pela atividade humana quantifica o espaço biológico necessário para o fornecimento de recursos demandados para uma população se

abastecer e destinar seus resíduos (alimentação, residência, mobilidade, bens de consumo, serviços e resíduos). Assim é possível gerar indicadores que identificam a dependência entre a ação humana e os recursos naturais em pontos geográficos e temporais específicos.

- **Painel de Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*):** o esforço coletivo de várias instituições consolidado pelo *Consultative Group on Sustainable Development Indicators* (CGSDI) criou uma ferramenta de indicadores a respeito da trajetória do desenvolvimento e do grau de sustentabilidade. Sucessor do *Compass of Sustainability* o Painel da Sustentabilidade organiza as informações graficamente para facilitar a leitura dos dados e consequentemente conduzir a análise crítica para os tomadores de decisão.
- **Barômetro da Sustentabilidade:** este modelo desenhado inicialmente a usuários de agências governamentais e não governamentais tem uma metodologia que privilegia a avaliação e relato do progresso em direção a sustentabilidade. Fornece como indicadores os aspectos sociais e ambientais se valendo de valores e classificações cromáticas.

A escassez de indicadores que associassem informações financeiras com aspectos sociais e ambientais das empresas intensificou-se entre investidores e mercado, a necessidade de criação de indicadores que sinalizassem o desempenho de sustentabilidade nas organizações (BEATO *et al.* 2009).

Bassan (2018) apresenta as primeiras iniciativas de bolsas de valores no mundo que passaram a definir indicadores para acompanhamento da performance de sustentabilidade relacionadas as empresas de sua carteira de ações.

Como primeira iniciativa tem-se, em 1999, lançado pela Bolsa de Valores de Nova York, o índice Dow Jones de Sustentabilidade – Dow Jones Sustainability Index (DJSI); [...] o segundo foi o FTSE4Good, de Londres, criado em 2001; o terceiro, lançado em 2003, foi o JSE, Índice Joanesburgo, África do Sul. Em 1º de dezembro de 2005, o Brasil entrou para esse grupo pioneiro ao apresentar em São Paulo, a sua primeira carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reuniu 34 ações de 28 empresas avaliadas como as mais avançadas em práticas de sustentabilidade empresarial no país (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Por meio do ISE a bolsa de valores do Brasil, a B3/BM&IBOVESPA, cria um ambiente de mercado que privilegia “a eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça

social e governança corporativa” estimulando a responsabilidade ética nas organizações por meio de indicadores de sustentabilidade (BASSAN, 2018).

Thimóteo *et al.* (2015) observam que os modelos de indicadores de sustentabilidade devem ser selecionados considerando os usuários, os tomadores de decisão e os objetos de gestão. Há indicadores que aprofundam dimensões específicas como ambiental ou social, enquanto outros aglutinam dados de mais de uma esfera da sustentabilidade. A rigor, as modelagens de cada indicador devem respeitar os objetivos institucionais de cada organização conforme suas características. A relação de cada entidade com os grupos de indicadores de sustentabilidade se reflete no seu foco estratégico tanto na divulgação de desempenho quanto na utilização da informação para a tomada de decisão relacionada às questões de sustentabilidade.

A prática contábil se desenvolve na elaboração de demonstrações financeiras que formalizam as operações comerciais. Porém, estas demonstrações se tornam em bases de conhecimento para tomada de decisões estratégicas que vão além da orientação simplesmente financeira. O trabalho contábil deve transformar um volume amplo de informações em indicadores que sinalizem os pontos relevantes de atenção nos dados processados. Como a geração e apresentação de indicadores em relatórios já faz parte do contexto contábil, a inclusão de eventos sociais e ambientais, além dos financeiros nos relatórios poderia estar mais presente em Relatórios de Sustentabilidade.

2.1.6. Relatórios de Sustentabilidade

A ascensão da temática de sustentabilidade teve que ser amparada por instrumentos de mensuração e divulgação de seus estudos. Os relatórios do Clube de Roma e Relatório de *Brundtland* iniciaram os esforços e diretrizes para o surgimento de relatórios de sustentabilidade. Ainda que estes tenham sido relatórios de amplitude global, seus requisitos e pilares de pensamento influenciaram divulgações que consolidavam questões sociais, ambientais e econômicas nas mais diversas modalidades de organizações e entidades. O dispositivo de divulgação normalmente intitulado Relatório de Sustentabilidade pode abranger na verdade outras denominações como Balanço Social, Relatório Social, Balanço Social-Ambiental, Relatório de Desenvolvimento Sustentável, Relatório Socioambiental Corporativo, Relato Integrado, sendo todas estas, em alguma medida, iniciativas organizacionais de publicidade as ações de sustentabilidade passadas e direcionamentos futuros. Portanto, os relatórios de sustentabilidade são meios principais de disseminação e

comunicação da performance ambiental, social e econômica de entidades com ou sem fins lucrativos (PEREIRA *et al.* 2015).

Para Souza (2018) a decisão que vem sendo adotada por empresas de diversos países de elaboração de relatório de sustentabilidade é voluntária e tem por objetivos:

Apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática; divulgar os riscos e oportunidades; e construir uma reputação corporativa mais transparente. Estas informações também podem servir “as demandas crescentes da sociedade e, principalmente, como resposta “as cobranças dos stakeholders para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente em que estão inseridas”. (SOUZA, 2018, p.37).

Complementarmente as próprias instituições de modelagem de relatórios de sustentabilidade atribuem ao documento função de destaque na relação entre as organizações e sociedade:

Os relatórios de sustentabilidade permitem que as organizações considerem seus impactos em uma ampla gama de questões de sustentabilidade, permitindo que sejam mais transparentes sobre os riscos e oportunidades que enfrentam. (GRI, 2019).

Outro exemplo:

Relato de sustentabilidade. Este mecanismo facilita a identificação de informações em sustentabilidade para as partes interessadas e a partir da perspectiva delas. Com o propósito de estabelecer o diálogo com elas, as empresas serão estimuladas a compartilhar seções ou indicadores específicos. Da mesma forma, os diferentes grupos que as compõem serão estimulados a compreender, a partir de informações e dados de RSE/sustentabilidade, como as empresas podem, de fato, contribuir para o desenvolvimento sustentável. (INSTITUTO ETHOS, 2019).

Apesar de sua importância não existe disposições globais de obrigatoriedade para emissão dos relatórios pelas empresas. Gomes *et al.* (2011) indicam que não havendo imposição legal faculta-se as organizações voluntariamente comunicar os seus princípios de sustentabilidade às suas partes relacionadas.

Segundo Souza (2018) diversas organizações (em especial empresas) tem adotado o modelo de relatório desenvolvido pela *GRI*, pois este oferece padronização alinhada a possibilidade de customização de sua estrutura. Pereira *et al.* (2015) também observam que o modelo proposto pela *GRI* é o mais completo e difundido pelas organizações. Além disso, os autores reforçam que seu método de estruturação proporciona as organizações entre outras coisas: (i) definições de indicadores; (ii) meios de comunicação com seu público de interesse; (iii) discernimento dos principais impactos; e (iv) compromisso dos *stakeholders* junto a entidade.

A *GRI*, desenvolveu em sua versão atual (*GRI*. G4, 2013) uma estrutura de relatórios de sustentabilidade que possui quatro elementos, visando proporcionar uma linguagem

padronizada adotável a diversos tipos de organizações. Os seus elementos são (SOUZA, 2018):

- 1) **Diretrizes de Elaboração:** princípios que definem o conteúdo do relatório e garantem a qualidade das informações relatadas, incluindo indicadores de desempenho, outros itens de divulgação, além de orientações gerais sobre sua elaboração;
- 2) **Protocolo de Indicadores:** definições, orientações e disposições que visam assegurar a qualidade dos indicadores de desempenho;
- 3) **Suplementos Setoriais:** publicações e orientações com interpretações sobre a aplicação dos indicadores; e
- 4) **Protocolos Técnicos:** definições sobre limites e aspectos técnicos da elaboração do relatório.

Camargo (2012) quantifica o peso das dimensões de sustentabilidade presente nos indicadores do modelo, sendo 50% indicadores sociais, 38% ambientais e 12% econômicos. Além disso, a autora identifica limitações na utilização do modelo de relatórios *GRI*. Primeiramente por estabelecer um alto nível de flexibilidade de graus variados de complexibilidade e portes organizacionais, comprometendo a comparabilidade de relatórios. Outro ponto levantado é a prerrogativa de inclusão de informações pela entidade o que pode levar a omissão de algumas informações desfavoráveis a empresa. Ainda assim, a autora reconhece que o processo de implementação do relatório auxilia a organização internamente a questionar e se direcionar a um caminho mais sustentável.

Além dos modelos principais de relatórios de sustentabilidade, como o definido pela *GRI*, Barbosa *et al.* (2016) elucidam que há outras práticas de divulgação de informações sociais e ambientais incentivadas pela classe contábil. Instituído na Resolução nº 1.407/12 aprovado pelo IBRACON 07/2012 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com a Sustentabilidade e Responsabilidade Social) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Balanço Social demonstra as atividades no âmbito econômico, social e ambiental das organizações no meio em que estão inseridas e interagem, proporcionando aos interessados (*stakeholders*) visibilidade de sua atuação e desempenho organizacional. Para esta formatação o modelo de Balanço Social mais utilizado é o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O que diferencia o Balanço Social é que este expõe principalmente as ações de responsabilidade social da empresa, sendo, portanto, mais restrito que um relatório de sustentabilidade nos moldes *GRI*.

Barbosa *et al.* (2016) apontam também que na estrutura dos Pronunciamentos Contábeis são definidas disposições sobre informações da temática sustentável junto as Demonstrações Contábeis:

- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: em seu item 14 menciona que algumas entidades apresentam além das demonstrações contábeis relatórios de sustentabilidade, assim gerando legitimidade e incentivando a divulgação; e
- CPC 09 – Demonstração de Valor Agregado (DVA): objetiva por meio de demonstração específica a parcela de contribuição que a empresa gera de riqueza e como distribui aos diversos *stakeholders*, como funcionários, governo (impostos) e terceiros (fornecedores).

Portanto, as demonstrações contábeis podem contribuir como instrumentos de divulgação e comunicação das informações ambientais, sociais e econômicas quando relacionadas de maneira integrada as informações contábeis (TINOCO e KRAEMER, 2004).

Justamente na perspectiva de estímulo de *disclosure* ambiental e social integrado a informações financeiras é que recentemente surgiu um modelo de apresentação denominado Relato Integrado (RI). Segundo o próprio *International Integrated Reporting Council (IIRC)* criador do Relato Integrado, este tem como objetivo “explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo” (IIRC, 2014).

Silva e Rover (2016) explicam que “a estrutura se baseia em princípios que auxiliam a elaboração de um relato corporativo que explique a forma que a organização se relaciona com o ambiente externo, bem como o impacto (positivo ou negativo) em suas relações e recursos a sua disposição, de acordo com o desenvolvimento de suas atividades ao longo do tempo”. Para Ricardo *et al.* (2017) “a estrutura desenvolvida pelo IIRC apresenta os princípios básicos para elaboração do relato e os elementos de conteúdo, indicando que devem ser incluídas informações quantitativas e qualitativas, normalmente organizadas em capitais, a saber, financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural”.

Mantovani *et al.* (2017) afirmam que o número de empresas adotando o RI tem crescido no Brasil. Principalmente após a série de recomendações “Relate ou Explique” realizadas pela B3/BM&IBOVESPA desde 2012 motivando as empresas listadas a divulgarem suas informações de temática ambiental, social além da econômica por meio de Relatórios de Sustentabilidade ou Relatos Integrados (B3, 2017).

Silva e Rover (2016) esclarecem que diversas empresas têm adotado a divulgação concomitante dos dois modelos: (a) *GRI* de Relatório de Sustentabilidade e (b) *IIRC* de Relato

Integrado, gerando assim *disclosure* ainda mais completos para os usuários, já que suas informações são complementares e juntas fortalecem o desenvolvimento sustentável.

Os pontos de conexão entre sustentabilidade e ciências contábeis evidenciados nos relatórios de sustentabilidade são uma amostra de que esta temática deve fazer parte do processo educacional de contabilistas para que os mesmos estejam capacitados a integrar as duas áreas em suas funções profissionais.

2.2. Educação

Este item tem como objetivo apresentar os parâmetros gerais da Educação Superior no Brasil com especial atenção aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Discutiu-se também a Educação Ambiental e de Sustentabilidade. Por fim, concentrou-se na Educação em Ciências Contábeis num enfoque histórico e normativo.

2.2.1. Educação Superior

O contexto socioeconômico do Brasil não pode ser ignorado quando a educação superior passa a ser foco de discussão. Sendo um país inserido na América Latina, o Brasil reflete as características de pobreza e desigualdades deste continente que ainda hoje enfrenta problemas comuns aos primeiros séculos de colonização. O Banco Mundial aponta algumas das principais dificuldades socioeconômicas na América Latina: distribuição de renda desigual, despesas com bens de consumo, e tribulações para o acesso pleno aos sistemas de saúde e educacional (STALLIVIERI, 2006).

Diferentemente da Universidade de outras partes do mundo, como a europeia e inclusive de outros países da própria América Latina que tiveram seu surgimento há séculos, a Escola Superior brasileira se iniciou no final do século XIX como resposta às demandas das elites brasileiras que até então precisavam se deslocar para instituições internacionais na busca da formação superior. Acompanhando a localização dos grandes centros comerciais e administrativos do país as primeiras instituições de ensino superior nasceram nas metrópoles do século XIX brasileiro como escolas de formação profissional, academia militares e outras escolas de formação específicas como direito, medicina, engenharias e comércio (STALLIVIERI, 2006).

Ainda que no final do século o Brasil tenha conquistado sua República as maiores mudanças na educação superior tiveram início após alguns anos do novo regime no país. Até então o governo central mantinha controle do ensino superior definindo quais instituições deveriam existir, seus objetivos, os seus programas pedagógicos e inclusive seus

administradores. Mas, no começo do século XX, o isolamento de cursos específicos foi superado com a criação das primeiras universidades. A nova constituição republicana descentralizava o ensino superior autorizando instituições estaduais e privadas. Com isso a iniciativa política, intelectual e educacional da estrutura social brasileira liderou a expansão de instituições entre 1889 e a década de 1930 (SAMPAIO, 1991).

As universidades em si como centros de formação floresceram principalmente pela iniciativa da Igreja e do Estado, ambos direcionadores do sistema educacional brasileiro. A primeira por sua confluência com as bases sociais e culturais; e a segunda por sua força política e influência nas elites. Estes dois agentes também possuíam capacidade de capitalização (principalmente externa) assim explicando a origem dos recursos que construíram os pilares universitários do século XX (JANOTTI, 1992).

Stallivieri (2006) pontua características que acompanharam o desenvolvimento do ensino superior no Brasil durante o século XX:

- Inicialmente o ensino tinha maior orientação profissional para o atendimento as demandas econômicas havendo pouca ênfase na academia como pesquisa e investigação;
- A expansão do sistema público que aconteceu entre as décadas de 1930 e 1960 se deu por meio da criação de mais de 20 universidades federais, além de universidades estaduais como a Universidade de São Paulo em 1934.
- Neste mesmo período o ensino privado se estabeleceu principalmente pela iniciativa da Igreja Católica e outras instituições religiosas (presbiterianas) que impulsionaram ainda mais a contratação de docentes estrangeiros.
- O ano de 1968 marcado pela reforma universitária cria um movimento de *eficiência administrativa, estrutura departamental, e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como mote do Ensino Superior*.
- As duas décadas seguintes viram o progresso dos cursos de pós-graduação, assim como uma maior facilidade na realização de cursos de pós-graduação no exterior trazendo ganhos formativos ao corpo docente da academia brasileira.
- Finalmente os anos 1990 se destacam pelas consequências da Nova Constituição Federal de 1988 na educação que regulamentou e homologou a legislação sobre educação superior e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Além disso, flexibilizou o sistema educacional reduzindo o papel do estado,

ampliando o sistema privado, e fortalecendo mecanismos de avaliação para garantir e melhorar a qualidade das instituições.

No início do século XXI o Brasil assume a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 (disposto na Lei 10.172/2001) traça metas visando a ampliação do ensino, inclusive no nível superior. O quadro a seguir demonstra o crescimento das universidades e respectivas matrículas a partir de dados institucionais e de outros estudos:

Quadro 3 - Evolução das Instituições de Ensino Superior no Brasil

Ano	IES	Cursos	Matrículas
1900	24	-	-
1910	61	-	-
1920	95	-	-
1930	181	-	33.723
1945	276	-	40.975
1960	499	-	95.691
1970	639	-	425.478
1975	860	-	1.072.548
1980	882	-	1.377.286
1985	859	3.823	1.367.609
1990	918	4.712	1.540.080
1995	894	6.252	1.759.703
2000	1.180	10.585	2.694.245
2005	2.165	20.404	4.453.156
2010	2.378	28.577	5.449.120
2015	2.364	33.501	8.027.279
2019	20.608	40.463	8.604526

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Bortolanza (2017) e INEP (2019).

Bortolanza (2017) reconhece que houve expansão do ensino superior neste período, mas também lembra que as novas disposições legais e atualizações obrigaram as instituições a se desdobrarem para atender os princípios legais tendo resultado um fortalecimento institucional nesta fase de progresso da educação superior. Não obstante as IES sejam públicas ou privadas, após este caminho histórico percorrido tem agora novos desafios que chegam em novas expectativas de formação demandadas pela população que ainda se vê desassistida por esta *modalidade de ensino*.

Atualmente as legislações e normas que regulamentam o ensino superior no Brasil são:

Quadro 4 - Legislação e Normas de Ensino Superior no Brasil

Propósitos	Norma e Descrição
Constituição Federal	Constituição Federal de 1988.
Princípios gerais e objetivos da Educação Superior	Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
Plano Nacional de Educação 2014-2024	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES	Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES	Decreto 5.262 de 03 de novembro de 2004 - Delega competência ao Ministro de Estado da Educação para designar os membros da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES Decreto de 28 de maio de 2004 – Designa membros para compor a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, ficando dispensados, em consequência, os integrantes da então Comissão Nacional de Orientação e Avaliação – CONAV. Portaria nº 4.332, de 28 de dezembro de 2004 - Dispensa de membros da CONAES. Portaria nº 1.061, de 24 de maio de 2006 - Designa novos membros da CONAES.
Avaliação das Instituições de Educação Superior	Resolução CONAES Nº 01, de 11 de janeiro de 2005 - Estabelece prazos e calendário para a avaliação das instituições de educação superior. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Decreto Federal n.º 5.773, de 9 de maio de 2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE	Portaria Nº 556, de 25 de fevereiro de 2005 – define os cursos que serão avaliados no ENADE 2005. Portaria nº 1.606, de 1º de junho de 2004 - Define os cursos que serão avaliados no ENADE 2004.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do Ministério da Educação.

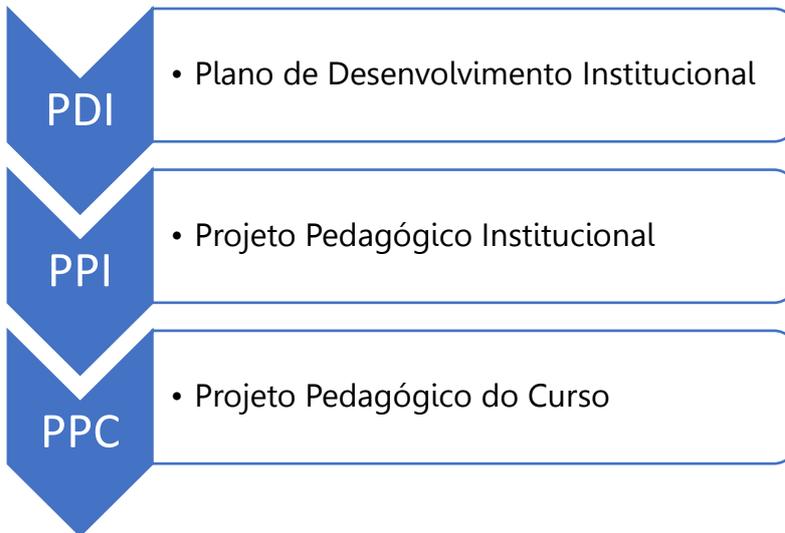
Este arcabouço legal – que ainda conta com mais normas de detalhamento - formaliza os preceitos que as instituições de ensino devem seguir desde as fases de planejamento pedagógico, sendo esta fase essencial para que os educadores alcancem coletivamente o encontro entre o saber e sua construção (HAAS, 2010):

Na perspectiva da articulação, o planejamento pedagógico de um curso de graduação se faz a partir de um contexto maior no qual se insere. Aí se destaca o papel das políticas públicas nacionais, que se materializam por meio de Leis Federais, Programas, Resoluções do Ministério da Educação – tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais, que orientam a constituição dos cursos de graduação –, bem como por meio de políticas institucionais propostas pela Instituição de Ensino Superior (IES), sistematizadas e apresentadas em documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI). (HASS, 2010. p. 21).

Na perspectiva de planejamento destaca-se o Decreto n.º 9.235/2017 que trata do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação

superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. O documento lastreia o caminho natural de evolução do planejamento pedagógico até que o plano de cada curso seja desenvolvido, ou seja, PDI, PPI e PPC:

Figura 2 - Caminho do Planejamento Pedagógico



Fonte: o autor.

Para Veiga (2002) o Projeto Pedagógico do Curso – PPC é o instrumento de planejamento do caminho a ser trilhado para tornar real as intenções de ação educativa que um curso oferece. O autor defende que por se tratar de um “*compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade*”, todo PPC é além de uma ferramenta pedagógica, uma ferramenta *política*.

O mesmo mote *político* é identificado por Haas (2010), pois segundo a autora os PPC são as *diretrizes, filosofias e pressupostos das políticas pedagógicas* aplicados nas propostas da instituição. Por isso, além das *matrizes curriculares* - que naturalmente recebem grande atenção por apresentarem o conteúdo esperado ao curso - o *perfil do egresso* precisa ser valorizado. O PPC deve, portanto, demonstrar os objetivos da concepção do curso, seu caminho formativo e o perfil dos cidadãos/profissionais que pretende formar.

A Portaria n.º 300/2006 INEP revogada pela Portaria MEC n.º 1.264/2008 enumera elementos de um PPC:

[...] dentre outros elementos: conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas no perfil do egresso; estrutura curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais, serviços administrativos, serviços de laboratórios e infra-estrutura [sic] de apoio ao pleno funcionamento do curso (BRASIL, 2006a, p. 35).

Finalmente, Salge *et al.* (2019) reforçam que o PPC não pode ser um fim em si mesmo, e, portanto, deve entrelaçar a realidade no contexto concreto com as proposições dos agentes educacionais. Mesmo sendo construído em um momento específico no tempo, deve se manter atualizado por meio de revisões periódicas para garantir o planejamento, as concepções e as estratégias do curso em constante melhoria.

2.2.2. Ensino de Sustentabilidade

A consciência global quanto ao tema da sustentabilidade foi se solidificando desde o final do século XX e se disseminando pelas diversas iniciativas das Nações Unidas. Como consequência o compromisso com as futuras gerações tem mobilizado o mundo quanto ao enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas, em 2002, lançaram uma proposta que colocou a Educação no centro das discussões para se alcançar o equilíbrio da vida na Terra, ou seja, manifestou a relevância da Educação como ferramenta de resposta as mudanças que o mundo precisa. A *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)* aprovada pela Resolução n.º 57/254 das Nações Unidas pretendia integrar os valores sustentáveis a todos os aspectos pedagógicos para que o comportamento humano fosse modificado verdadeiramente pelas gerações do presente e do futuro. Assim, a educação para o desenvolvimento sustentável, seria um esforço para que a responsabilidade com um mundo viável estivesse presente em todas as esferas do meio acadêmico (GADOTTI, 2008).

A reflexão sobre a relação entre natureza e homem, orientou a ecopedagogia justamente porque discutiu a visão humana sobre o domínio do planeta. A função do planeta não poderia ser somente de prover recursos para um domínio técnico em que a conquista de bem-estar a qualquer custo levasse a precarização das capacidades de recuperação da natureza. Uma Pedagogia da Terra se faz necessário para educar e reeducar o homem quanto aos seus valores racionais e emocionais sobre o planeta. A ecoformação e ecopedagogia significa ir além de apresentar conceitos, mas constitui um caminho de promoção a experiência real ao se relacionar de forma equilibrada com a natureza e o mundo. Para Boff (2012), a ecopedagogia como um movimento político social em expansão, deveria se proteger de disputas ideológicas que levassem a ecologia para um viés mercadológico perdendo assim o seu real propósito.

Gadotti (2008) explica que a educação sustentável vai além da educação ambiental já que esta não se limita na preocupação de relação saudável com o meio ambiente, mas avança num sentido mais profundo de entendimento de nossa existência.

Solidariedade, igualdade e respeito devem basear práticas interativas e dialógicas da educação ambiental para que assim se configure como uma educação para a cidadania construindo sujeitos cidadãos capazes de exercer suas liberdades dentro de uma vida social harmônica. O objetivo em última instância é conquistar novas atitudes, ou seja, propor novas práticas, valores e comportamentos que redefinem a sociedade nas dimensões individuais e coletivas (JACOBI, 2000).

Para Tristão (2002), a educação ambiental deve superar quatro desafios que estão associados ao papel dos educadores nos dias de hoje:

1. **Multiplicidade de Visões:** indica a importância do educador estar apto a conectar as diferentes vertentes de pensamento e alinhá-las a contextos da vida;
2. **Visão Especialista:** educador derrubando as barreiras do conhecimento formal como único caminho e criando ruptura nas práticas disciplinares;
3. **Pedagogia das Certezas:** educador como agente reflexivo que entende e enfrenta as verdades estabelecidas sem se conformar com conteúdos intocáveis;
4. **Lógica da Exclusão:** consolida o desafio da sustentabilidade somado ao desafio das desigualdades sociais.

A gênese interdisciplinar da sustentabilidade traz uma preocupação em consolidar conhecimentos em que reunir diferentes disciplinas não é suficiente. A educação ambiental deve-se valer de trocas sistemáticas dos saberes enquanto analisa problemas que não são isolados, mas ao contrário, estão conectados uns aos outros em dimensões sociais, políticas, ambientais, institucionais e culturais. A ação orgânica entre disciplinas deve superar a ação multidisciplinar já que as adversidades são complexas e multifacetárias (JACOBI, 2005).

Avançando nesta linha reflexiva, Gadotti (2008) destaca a distinção entre uma educação “sobre” sustentabilidade e uma educação “para” a sustentabilidade. Sem que haja uma cisão entre as duas o autor refere-se à primeira como informativa tendo um objetivo de consciência que vem a partir da teoria e dados. Já a educação “para” a sustentabilidade, constrói um futuro sustentável por meio da formação efetiva além da teoria. A educação para o desenvolvimento sustentável se dá, portanto no processo de aprendizagem de atitudes impulsionadas por valores lapidados dentro de uma perspectiva possível de vida mais sustentável.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas não deixaram de lado a necessidade de reconhecer a Educação como um dos pilares deste plano de ação global coletivo. O ODS 4 idealiza até 2030: Assegurada a Educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de Aprendizagem ao longo da vida para todas e todos (ONU).

Figura 3 - Destaque da ODS 4 dentre as demais.



Fonte: ONU (2015).

Em seus Cadernos ODS, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2019) explica que o ODS 4 conta com dez metas e onze indicadores reforçando que promover esforços para melhorar a qualidade da educação é essencial. No Brasil, o principal instrumento de implementação das metas é o Plano Nacional de Educação (PNE), porém destaca que o objetivo 4.7 (meta esta sobre a educação para sustentabilidade) se realiza no Brasil por meio da inserção de seu conteúdo na Base Comum Curricular. Ainda que não haja definido um indicador para esta meta o seu conteúdo elucida como a educação se relaciona com a sustentabilidade (CORREA, ASHLEY, 2018):

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Para o favorecimento deste objetivo se tornar realidade, as instituições de ensino devem contribuir cada uma ao seu nível de atendimento, com a inclusão da temática

sustentável em seus projetos pedagógicos, já que a educação se realiza por agentes educadores (LOUREIRO, 2012).

Wu e Shen (2015) apontam esta necessidade para o ensino superior:

Claramente, o ensino superior precisa abraçar a sustentabilidade tão urgentemente quanto os setores político e econômico e a sociedade como um todo faz. Desta forma, os sistemas e disciplinas universitárias podem ajudar a criar sociedades e mão de obra mais sensíveis às agendas de sustentabilidade e ajuda a produzir líderes políticos e empresariais com níveis de 'ensino da Terra' que são apropriados para os desafios do século XXI. (WU; SHEN; 2015, p. 634).

O papel do ensino superior para a temática sustentável levou Machado (2018) a reunir subsídios que demonstram a relevância das instituições de ensino superior em prol da sustentabilidade. O autor aponta que as universidades assumem cada vez mais uma posição de responsabilidade pela aderência, disseminação e prática de ações sustentáveis. As instituições educacionais - por meio de seus cursos de graduação e pós-graduação - são propulsores da sustentabilidade como resposta para transformar, organizar e modernizar a sociedade. Entretanto, o que ensinar e como ensinar ainda são entendimentos em evolução que desafiam as universidades. Os processos de aprendizagem deste ambiente de busca por convergências em métodos pedagógicos apontam para algumas práticas que vão se estabelecendo como fundamentais. Neste aspecto, a interdisciplinaridade, a multidisciplinariedade e a transdisciplinaridade se destacam como norteadores de fundamentos básicos para a educação sustentável dentro do espaço acadêmico.

Oliveira *et al.* (2017) apresentam como a legislação brasileira foi se adequando ao longo do tempo para incorporar os valores éticos-políticos da sustentabilidade em suas regulações de educação.

Primeiramente cabe ressaltar que a própria Constituição Federal do Brasil estabelece em seu artigo 225 o meio ambiente como valor coletivo e enfatiza em seu inciso VI a educação como promotora da conscientização pública:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (BRASIL 1988).

Esta disposição presente na Carta Magna brasileira se multiplica em outras normas que formalizam institucionalmente a educação como agente que objetiva contribuir ativamente com a socialização, sensibilização e ensino de esforços para se alcançar um meio ambiente saudável e sustentável.

Quadro 5 - Normas brasileiras relacionadas a Educação Ambiental

Norma	Descrição
Constituição Federal no inciso VI do § 1º do artigo 225	Determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois <i>“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”</i> .
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,	Regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.
Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior.

Fonte: MEC (2012).

O notório progresso de normatização de políticas públicas educacionais sobre temática sustentável se apoia principalmente nos significados de educação ambiental. Porém, a efetivação de ações que transformem em realidade as definições contidas nestes documentos, fruto de mobilização social, depende de processos contínuos de institucionalização para que as práticas educativas alcancem a população de forma massiva (OLIVEIRA *et al.* 2017).

2.2.3. Ensino de Ciências Contábeis

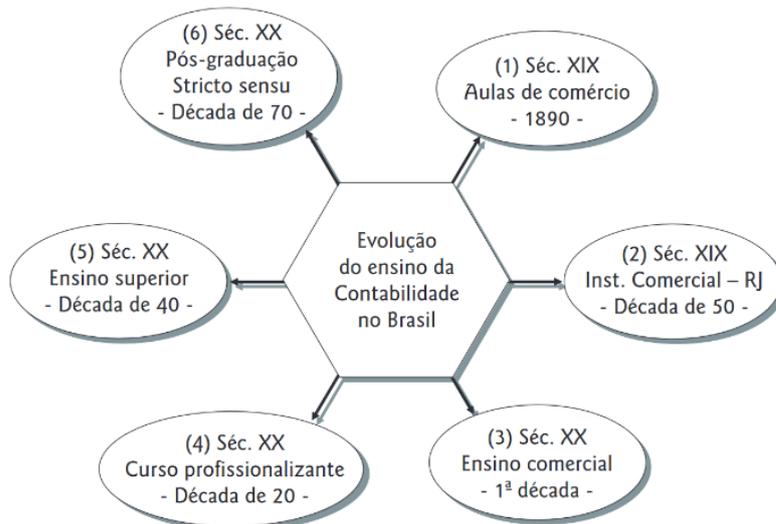
A manifestação mais evidente da ciência da contabilidade é a “conta” (MELIS, 1950) exercício que acompanha a humanidade desde seu início civilizatório. Logo a transmissão de conhecimento e experiência adquirida por contadores “mestres” a novos contadores “aprendizes” - hoje formalizada em cursos de graduação em Ciências Contábeis - tem seu processo educativo paralelo a evolução histórica das interações econômicas entre pessoas e povos.

A correlação entre Contabilidade e Economia já foi estabelecida em estudos que demonstram que a contabilidade está associada as práticas comerciais, sociais e institucionais nas diversas dimensões de organizações como (mercados, cidades, nações). Iudícibus (2002) destaca que o ensino da contabilidade se relaciona aos níveis de interesse dos agentes econômicos de cada geração, ou de cada época.

O ensino de contabilidade reflete as necessidades sociais de consumo de serviços de “contabilização”, ou seja, a demanda de profissionais capazes de contabilizar as operações comerciais contemporâneas a cada momento histórico molda as condições de oferta de serviços contábeis, conseqüentemente orienta os enfoques educativos que favorecem o atendimento a demanda social do exercício profissional de contabilidade.

Peleias *et al.* (2007) realizaram um trabalho que identificou diversas iniciativas acadêmicas existentes de sistematizar o histórico de ensino de ciências contábeis no Brasil desde o século XIX, em que predominavam os aspectos mais abrangentes de educação comercial até o século XX que culminou com a criação de cursos de pós-graduação relacionados a contabilidade. Os principais marcos são apresentados na Figura 4:

Figura 4 - Evolução da Contabilidade no Brasil



Fonte: Peleias *et al.* (2007)

O início do ensino comercial, conseqüentemente da contabilidade no Brasil se caracteriza pelo marco histórico da vinda da Família Real Portuguesa no ano de 1808. As atividades econômicas brasileiras que até então eram puramente coloniais, ou seja, produção com foco nas vendas internacionais e consumo de bens importados, passaram a contar com maiores interações comerciais internas no âmbito público e privado (PELEIAS, 2007).

Com este incremento da complexidade de organização econômica, o Governo Imperial iniciou as primeiras normatizações direcionadas a docentes de comércio chamado de *lentes*. As décadas seguintes a 1830 foram marcadas pela regulação das Aulas de Comércio assim como os critérios de admissão, oferta de disciplinas e perfis de egresso. Neste período de desenvolvimento surgiu o Código Comercial em 1850 e a primeira lei de sociedades

anônimas no Brasil (IUDÍCIBUS e RICARDINO, 2002). Houve a partir destes decretos-lei maior atenção a gestão de negócios por parte do Governo Imperial acarretando no incremento de disciplinas e reorganização do curso de Aulas de Comércio que passou de 2 para 4 anos letivos.

O acontecimento mais proeminente no fim do século foi a Proclamação da República que incentivou o comércio mais aberto antes balizado pelos portugueses. A indústria cafeeira e outras culturas para exportação mais uma vez elevaram as plataformas de comércio antes mais concentradas no Rio de Janeiro para São Paulo e algumas regiões de Minas Gerais. O contexto justificou a existência das principais escolas de comércio no final do século XIX e início do século XX, sendo estas, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, a Escola Prática de Comércio de São Paulo - que posteriormente seria chamada de Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - e a Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Peleias *et al.* (2007) identificam a relevância do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, que além de regularizar a profissão de contador, reformatou o ensino da ciência comercial definindo os níveis acadêmicos superior, técnico e propedêutico. A conjuntura econômica do pós-guerra impulsionou a industrialização do Brasil trazendo ainda mais demanda de excelências nas técnicas produtivas e administrativas. Neste cenário, nasce o curso superior de Ciências Contábeis e Atuarias pelo Decreto Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945 e no ano seguinte o surgimento do primeiro núcleo de pesquisa contábil brasileiro em São Paulo por meio da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA da USP.

O Conselho Federal de Educação, mais tarde denominado Conselho Nacional de Educação – CNE promoveu nas décadas seguintes até o final do século XX, diversas regulações que enriqueceram as estruturas disciplinares aos cursos de Ciências Contábeis e que lapidaram o perfil do profissional egresso. Inclusive pontos relevantes das matrizes pedagógicas foram delimitados como qualificação docente, critérios de avaliação, produção intelectual, entre outros (IUDICIBUS, 2006).

Resoluções e pareceres do CNE foram moldados no início do século XXI a partir de participação social mais efetiva democratizando as demandas da sociedade em relação ao conteúdo programático de cursos em suas matrizes disciplinares e perfis de profissionais formados (PELEIAS *et al.*, 2007). Este contexto histórico culmina na Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 que atualmente estabelece os parâmetros nacionais de ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Quadro 6 - Normativas do MEC do século XXI para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Normas	Descrição das Normas
Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002	Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design.
Parecer CNE/CES nº 289/2003, aprovado em 6 de novembro de 2003	Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado.
Parecer CNE/CES nº 269/2004, aprovado em 16 de setembro de 2004	Alteração do Parecer CNE/CES 289/2003 e da Resolução CNE/CES nº 6/2004, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis.
Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.
Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do Ministério de Educação.

O advento da Resolução CNE CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 se destaca por tratar do perfil do egresso esperado, ou seja, do profissional formado em bases de competências e habilidades. O objetivo da norma é lastrear componentes curriculares do curso que para formatar um processo de ensino capaz de nortear o desenvolvimento técnico e humano dos graduandos (PELEIAS, 2006).

Este documento anuncia os principais elementos que devem compor o Projeto Pedagógico de cada instituição de ensino de ciências contábeis. O artigo segundo da resolução aponta para a necessidade de descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
 - II – componentes curriculares integrantes;
 - III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
 - IV - estágio curricular supervisionado;
 - V - atividades complementares;
 - VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
 - VII - regime acadêmico de oferta;
 - VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.
- (BRASIL, 2004).

Niyama *et al.* (2008) observam que as competências e habilidades elencadas na norma aprovada pelo Ministério da Educação, se destacam pela atenção ao desenvolvimento do pensamento crítico do profissional; pela capacidade de interlocução da terminologia e linguagem contábil; proficiência em sistematizar processos interdisciplinares; além de aptidão na análise e implantação de sistemas de controle gerencial e informação contábil. Os autores observam também que em nenhuma de suas disposições a resolução enumera disciplinas

obrigatórias que devam constar no currículo disciplinar, no entanto esclarece que o currículo deve garantir ao futuro egresso domínio em questões internacionais relacionadas ao cenário econômico global; as normas de contabilidade entre outras bases de conhecimento.

Quadro 7 - Conteúdos Programáticos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Conteúdos	Descrição
I - Conteúdos de Formação Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
II - Conteúdos de Formação Profissional	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não – governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
III - Conteúdos de Formação Teórico - Prática	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: CNE (2004).

A classe contábil por meio do Conselho Federal de Contabilidade criou em 2006, a partir das bases pedagógicas definidas na Resolução CNE/CES nº 10/2004, uma comissão em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade a fim de elaborar uma Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis. O produto final realizado por esta comissão foi publicado em 2008, sendo que atualmente está em sua segunda edição atualizada em 2009.

O documento homologado pelo CFC em 2009 organiza os componentes curriculares em eixos temáticos que contemplam a formação básica, a formação profissional e a formação teórico-prática. Esta formação se materializa com a proposta de disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas, além da proposição de períodos de estágio, atividades complementares e trabalho de conclusão (MIRIAM *et al.*, 2013).

Cada uma das disciplinas sugeridas está constituída na descrição dos seguintes pontos macro:

- **Ementa:** breve síntese da disciplina.
- **Objetivos:** habilidades e competências que se espera desenvolver.
- **Conteúdo Programático:** lista de conceitos e conteúdos a serem trabalhados; e
- **Sugestões Bibliográficas:** apresentação de obras que dão a base acadêmica para a disciplina.

Assim, a Proposta Nacional de Conteúdos detalha de forma objetiva as intenções de formação definidas na Resolução CNE/CES nº 10/2004 com sustentação de uma essência

programática fixa obrigatória, mas com flexibilidade de adaptação nas diversas realidades regionais e de evolução social já que conta com disciplinas optativas (VALARETTO, 2010).

A temática da sustentabilidade apesar de estar presente nos documentos formais de preposição educacional, não se destaca como um pilar da profissão contábil, portanto os pontos de intersecção entre contabilidade, sustentabilidade e educação se tornam pertinentes.

2.3 Contabilidade para Sustentabilidade

Este tópico apresenta as bases éticas do contador para o desenvolvimento sustentável, além de levantar pontos de convergência entre sustentabilidade e contabilidade e o progresso do ensino de sustentabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

2.3.1. Ética Profissional Contábil para o Desenvolvimento

Segundo Amorim e Rosito (2009), a formação moral e ética contribui essencialmente para que princípios sejam considerados entre os saberes e as condutas que os indivíduos assumem. Os autores reforçam que a moral garante harmonia entre a conduta individual e coletiva para promoção de uma vida social de maior qualidade.

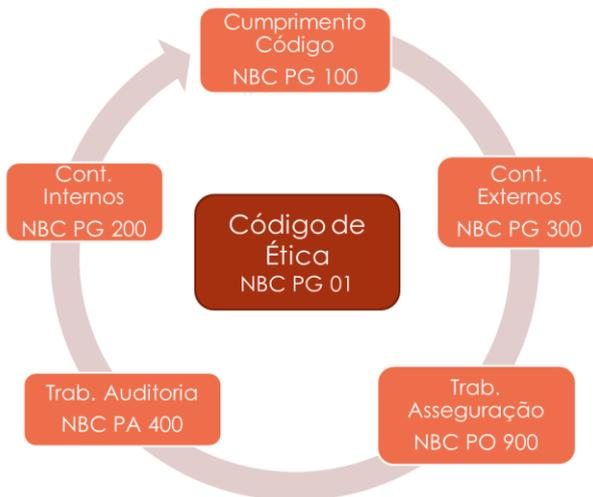
A distinção entre moral e ética é esclarecida por Oliveira (2011) com o propósito de compreender o comportamento individual. A moral é instituída pela sociedade sendo válida para todos os seus integrantes como princípios e costumes consagrados no coletivo social. Por outro lado, a ética é a filosofia moral, ou seja, a interpretação dos valores morais em sua prática. A ética deve estar relacionada aos deveres morais que quando internalizados são cumpridos independentemente de penalidades. Logo, a moral orienta os deveres a serem cumpridos pela sociedade, mas a ética organiza a felicidade individual dentro da felicidade coletiva.

A ação ética se pauta pelo conjunto de valores solidificados no código moral, ou seja, o comportamento individual na sociedade sendo o benefício coletivo impulsionador das decisões pessoais. Porém, o agir de administradores no ambiente corporativo também se pauta pela influência de pressões externas aos valores pessoais. O contexto econômico, político e a própria cultura da instituição pode realizar transformações nas escolhas que seriam naturais aos profissionais (NAH, 1993).

O ambiente corporativo no Brasil conta com Códigos de Ética de empresas que tentam disciplinar o comportamento de seus colaboradores, porém não há legislação específica que obrigue as empresas a adotarem esta medida. Algumas profissões a fim de regularem os padrões comportamentais dos profissionais de classe, adotam o Código de Ética Profissional.

Assim, como no Direito ou Administração, a classe contábil tem seu próprio código de ética atualmente formalizado pela norma NBC PG 01, que em 2019, aprovou o Código de Ética Profissional do Contador e revogou as resoluções anteriores passando a ser válido em sua integralidade a partir de 2020.

Figura 5 - Organização das Normas do Código de Ética Profissional do Contador



Fonte: o autor.

Esta nova versão do código de ética traz consigo influência do Código Internacional elaborado pela IFAC (*Internacional Federation of Accountants*) e por isso tem outras normas complementares que detalham o código em circunstâncias específicas da vida profissional do contador:

Quadro 8 - Normas do Código de Ética Profissional do Contador

NBC	Publicação D.O.U	Nome da Norma	Vigência
NBC PG 100 (R1)	28/11/2019	Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual.	01/01/2020
NBC PG 200 (R1)	28/11/2019	Contadores Empregados (Contadores Internos).	
NBC PG 300(R1)	28/11/2019	Contadores que Prestam Serviços (Contadores Externos).	
NBC PA 400	28/11/2019	Independência para Trabalhos de Auditoria e Revisão.	
NBC PO 900	28/11/2019	Independência para Trabalhos de Asseguração diferentes de Auditoria e Revisão.	

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do Conselho Federal de Contabilidade.

O código de ética norteia as relações entre os contadores e a sociedade, assim como as relações entre os próprios contadores identificando padrões morais, obrigações, permissões e penalidades. O código tenta reduzir a interpretação individual para garantir uma conduta ética mais padronizada. Assim os interesses sociais são colocados acima dos interesses pessoais desestimulando condutas fraudulentas (ALVES, 2007).

Para Martins *et al.* (2015) a classe contábil tem uma imagem de sensibilidade ética, pois trabalha com o desenvolvimento social e econômico das diversas instituições em que estão inseridas. Os autores destacam que para a manutenção deste conceito perante a sociedade os profissionais devem se manter em constante atualização a fim de estarem alinhados as demandas da sociedade.

A relevância da conduta ética nos resultados das empresas foi investigada por Pinho Neto e Bernardi Neto (2005). Os autores ressaltam que um dos principais ativos das empresas é sua reputação e que a comprovação de fraudes ou ações não éticas prejudicam o valor das organizações, veja-se o exemplo das empresas *Enron* e *Worldcom* que ao adotarem práticas fraudulentas para demonstração de seus balanços sofreram negativamente com o impacto de sua imagem perante o mercado.

Os benefícios da conduta ética nos negócios têm sido disseminados principalmente pelo Instituto Ethos. O principal objetivo do instituto fundado em 1998 e mantido por empresas membros é sensibilizar as organizações empresariais sobre a importância da ética empresarial e da responsabilidade social. Seus estudos demonstram os resultados positivos que empresas alcançam por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento social (PINHO NETO e BERNARDI NETO, 2005).

A ética profissional contábil avança os limites de uma conduta de simples cumprimento de obrigações legais e afastamento de fraudes em direção a busca do desenvolvimento da sociedade por meio de ações de responsabilidade social. A discussão sobre os reflexos positivos que a conduta ética traz se eleva não somente as relações internas da classe contábil, mas se torna uma necessidade de atualização dos profissionais contábeis as novas dinâmicas sociais que cada vez mais valorizam o equilíbrio sustentável das relações comerciais (MELO, 2017).

Os princípios éticos despertaram, portanto, um senso de responsabilidade quanto ao desenvolvimento sustentável pela comunidade contábil que passou a valorizar essa questão a partir de temas de Contabilidade Ambiental e Contabilidade Social ainda que sua função central de organizar os aspectos econômicos da sociedade fosse mantida. O contador deve

assumir a sua função social se especializando e se esforçando ao máximo para conseguir atender as necessidades econômicas das organizações em sintonia com as necessidades da sociedade e do meio ambiente (CAVALCANTI e ALBUQUERQUE, 2018).

2.3.2. Convergência entre Contabilidade e Sustentabilidade

As Ciências Contábeis são classificadas como uma ciência social. Isso porque a sua principal missão de estabelecer o patrimônio de entidades - sejam estas físicas ou jurídicas - envolve questões econômicas, sociais e políticas, não se limitando a contabilização de números. Os impactos da atividade contábil são refletidos de forma ampla na sociedade, em que os requisitos para sua prática provêm de legislações, conhecimentos tácitos e interações institucionais que naturalmente vão evoluindo junto ao contexto social (REIS e TARIFA, 2014).

O momento atual apresenta uma sociedade que busca por melhores condições de vida dentro de relações equilibradas com o meio ambiente. Neste contexto, as empresas são impelidas a entregarem lucros aos seus acionistas, mas com o despertar de eficiência na gestão de recursos sob um prisma de maior responsabilidade social e ambiental (SILVA e RODRIGUES, 2016).

Dentre os processos administrativos das organizações, a geração de dados e informações que amparam a tomada de decisão se destaca na área de Controladoria. A Ciência Contábil é o principal agente de produção de informações econômicas que refletem os diferentes aspectos da gestão das empresas. Ainda assim, a contabilidade pode promover conhecimento útil para perspectivas sociais e ambientais além das puramente financeiras, ou seja, vertentes da temática de sustentabilidade (REIS e TARIFA, 2014).

Para Tinoco (2001), a principal função da contabilidade é prover informações sobre a realidade patrimonial das organizações para os diversos segmentos da sociedade, ou seja, os diversos *stakeholders*. Contudo, além da abordagem econômica os fatores sociais e ambientais passam a ter cada vez mais relevância no patrimônio líquido das organizações, logo a contabilidade não pode desconhecer as questões ambientais da vida corporativa.

Iudícibus e Marion (2008) afirmam que o início da contabilidade ocorreu por volta de 4.000 a.c., sendo a escrita e a moeda essenciais para o seu desenvolvimento. Diferentemente, a evolução do pensamento contábil foi sintetizada por Andriolli *et. al.* (2016) e demonstra como a contabilidade foi se moldando para responder aos anseios da sociedade, em que a alusão a questões sustentáveis indica que a contabilidade atual deve ser também uma fonte de

informações para tomada de decisão em relação aos eventos relacionados às áreas ambientais e sociais.

Quadro 9 - Evolução dos Valores Dominantes na Contabilidade

Fases	Período	Valores dominantes	O que procuram atender
Contabilidade por empirismo	30.000 a.c. até 1200 d.c.	Intuição, bom senso e criatividade decorrente dos dons inatos.	Responder ao conceito de propriedade
Contabilidade por processo	1200 dc. -1950	Busca desenfreada da melhoria dos métodos, técnicas e processos.	Responder às necessidades empresariais
Contabilidade por resultado	1951-1970	Busca de procedimentos voltados para a melhoria da forma de evidenciação dos fatos patrimoniais.	Responder às necessidades de informações úteis
Contabilidade por contingência	A partir da década de 1970	Satisfação das demandas presentes e futuras do empreendimento.	Responder às necessidades estratégicas
Contabilidade e responsabilidade social	A partir da década de 1990	Preservação ambiental, sustentabilidade dos recursos e democratização da qualidade de vida.	Responder aos anseios sociais de desenvolvimento local

Fonte: Andriolli *et al.* 2016.

A contabilidade sendo um instrumento de comunicação entre empresas e sociedade pode apoiar a causa ambiental na conscientização dos diversos usuários das demonstrações contábeis por meio da exposição das operações e planejamentos relacionados a sustentabilidade (RIBEIRO, 1992).

O projeto *A4S Accounting for Sustainability*, organização formada pelo Projeto do Príncipe de Gales, foi lançado em 2004 com o objetivo de desenvolver métodos de comunicação e decisão que considerassem os desafios de sustentabilidade aos modelos tradicionais da contabilidade. A percepção dos riscos e impactos ambientais da economia contemporânea impulsionam a organização a difundir a sustentabilidade dentre o ambiente financeiro e a comunidade contábil (CARVALHO e KASSAI, 2014).

Por meio da liderança deste órgão, a aproximação entre contabilidade e sustentabilidade se fortaleceu em 2010 com a criação do *IIRC (International Integrated Reporting Council)*, uma parceria entre (*A4S*) e o (*GRI*) que culminou com a criação do Relato Integrado.

A missão do IIRC é de criar uma estrutura globalmente aceita de contabilidade para a sustentabilidade. Uma estrutura que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável – em síntese, em um formato “integrado”. A intenção é de contribuir com o desenvolvimento de informações mais abrangentes e compreensíveis sobre o desempenho total de uma organização, tanto prospectiva quanto retrospectivamente, para atender às demandas de um modelo econômico emergente e mais sustentável. [...] O papel do IIRC é o de responder à demanda de uma estrutura integrada de relatórios que seja concisa, clara, consistente e passível de comparações, refletindo os objetivos estratégicos da organização, seu modelo de negócios e governança, e integrando tanto as informações financeiras quanto as não financeiras. (IIRC, 2010).

Carvalho e Kassai (2014) apontam o Relato Integrado como um caminho promissor na evolução dos relatórios corporativos que integram a temática sustentável. Ainda assim os autores reconhecem que os desafios para mudanças de paradigma estão não somente no mundo profissional, mas também na academia.

Para Silva e Rodrigues (2016) o profissional contábil deve receber formação para compreender a sustentabilidade empresarial não só pelo cuidado com a natureza, mas como estratégia para conquistar objetivos econômicos e financeiros das organizações. Segundo os autores, a contabilidade tem mecanismos para atuar estrategicamente na temática sustentável nas empresas não se limitando a emitir demonstrações, mas auxiliando no planejamento de alocação de recursos.

2.3.3. Ensino de Sustentabilidade em Ciências Contábeis

As diretrizes do ensino superior para o curso em Ciências Contábeis progridem para adequar a profissão as demandas da sociedade, haja visto as atualizações das diretrizes definidas pelo Ministério da Educação por meio da Resolução CNE/CES nº 10/2004 e a Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis atualizada em 2009.

Não obstante a assertiva da Resolução CNE/CES nº 10/2004 que o principal objetivo da Contabilidade permaneça inalterado, em seu artigo 8º institui-se na formação do contador a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, portanto ampliando suas competências (CUNHA *et. al*, 2020).

A temática de sustentabilidade, já introduzida em documentos nacionais para Educação Superior, é impulsionada nas bases formativas dos discentes em Ciências Contábeis na inclusão de uma cadeira denominada *Responsabilidade Social* na Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Entretanto, por ser um curso de ciências sociais há conteúdos sociais e econômicos dissipados em outras disciplinas propostas sem um direcionamento específico, mas que não deixam de englobar a temática de sustentabilidade.

A disciplina está proposta no Conteúdo de Formação Profissional com uma carga horária de 60 horas onde se apresentam: ementa, objetivos, conteúdo programático e sugestões bibliográficas:

Quadro 10 - Estrutura da disciplina Responsabilidade Social

Itens da Disciplina	Descrição do Conteúdo
Ementa	Responsabilidade Social; Responsabilidade Ambiental; Projetos Sociais; Marketing Social; Empreendedorismo Social; Noções de Contabilidade Social; Balanço Social; Modelos de Balanço Social; Legislação Aplicável.
Objetivos	Compreender a responsabilidade social e ambiental nas organizações, destacando o balanço social como instrumento de gestão capaz de demonstrar o grau de comprometimento das organizações com projetos e ações sociais.
Conteúdo Programático	<p>Responsabilidade social: Evolução histórica, Conceito e importância, Distinção entre responsabilidade social e filantropia, Responsabilidade social nas empresas, Responsabilidade social nas organizações contábeis, Responsabilidade social em organizações públicas, Gestão social.</p> <p>Responsabilidade Ambiental: Conceitos, Gestão ambiental, Meio ambiente como oportunidade de negócios, Reconhecimento dos créditos de carbono.</p> <p>Projetos Sociais: Conceitos, Investimentos sociais, Elaboração de projetos sociais.</p> <p>Marketing Social: Conceitos, Importância, Diferença entre marketing social e institucional.</p> <p>Empreendedorismo Social: Conceitos, Perfil do empreendedor social, Empreendedorismo social como diferencial competitivo.</p> <p>Noções de Contabilidade Social: Conceitos básicos, Demonstração do Valor Adicionado (DVA).</p> <p>Balanço Social: Evolução histórica, Conceitos, Importância, Indicadores sociais, Balanço social como instrumento de gestão, Auditoria em balanço social, Modelos de Balanço Social, Modelos e características, Estrutura básica de balanço social.</p> <p>Legislação Aplicável: Normas brasileiras (NBC-T), Resoluções, Legislações municipais e estaduais, Normas internacionais.</p>
Sugestões Bibliográficas	<p>DIAS, Reinaldo. Marketing Ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. tir. São Paulo: Atlas, 2007. 204 p. ISBN 978 85 224 4676 6.</p> <p>KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 168 p. ISBN 85 224-2621-8.</p> <p>SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRA, Fátima de Souza (Org.). Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. 176 p. ISBN 85 224-2918-9.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 446 p. ISBN 978 85 224 5514 0.</p> <p>TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed., 5. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 248 p. ISBN 85 224 2928 8.</p>

Fonte: elaborado pelo autor a partir da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (2009).

A presença da disciplina em cursos de graduação foi objeto de estudo por Frosi *et al.* (2013) em que se constatou uma baixa oferta da disciplina de Responsabilidade Social. Contudo, Rocha e Georges (2019) demonstraram que a maioria dos cursos avaliados na Faixa 5 do CPC 2015 ofertavam uma disciplina com conteúdo programático relacionado a sustentabilidade ainda que tivessem diferentes títulos como Educação Ambiental, Contabilidade Socioambiental, Contabilidade Social, Contabilidade Ambiental, Desenvolvimento Regional Sustentável, entre outras.

O documento que por sua vez aproxima os interesses do desenvolvimento sustentável especificamente ao perfil dos discentes em Ciências Contábeis é a Portaria nº 439 de 2018 do

MEC que dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes para os alunos de Ciências Contábeis. O perfil do concluinte detalhado no artigo 5º da Portaria entende que o contador deve ser *“ético e probo em sua atividade profissional, comprometido com a responsabilidade socioambiental e com o respeito às diversidades da sociedade”*. A Resolução CNE/CES nº 10/2004 destaca a importância dos projetos pedagógicos dos cursos ao detalharem o perfil do egresso, mas em seu artigo 4º não aponta as questões socioambientais como competências ou habilidades esperadas dos discentes.

Por se tratar de uma temática interdisciplinar com eixos econômicos, sociais e ambientais interligados, uma análise sobre a sustentabilidade exige uma investigação para que questões sustentáveis possam ser identificadas no perfil do egresso, no conteúdo programático, grade curricular e demais pontos que compõe o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

3.1. Tipo de Pesquisa

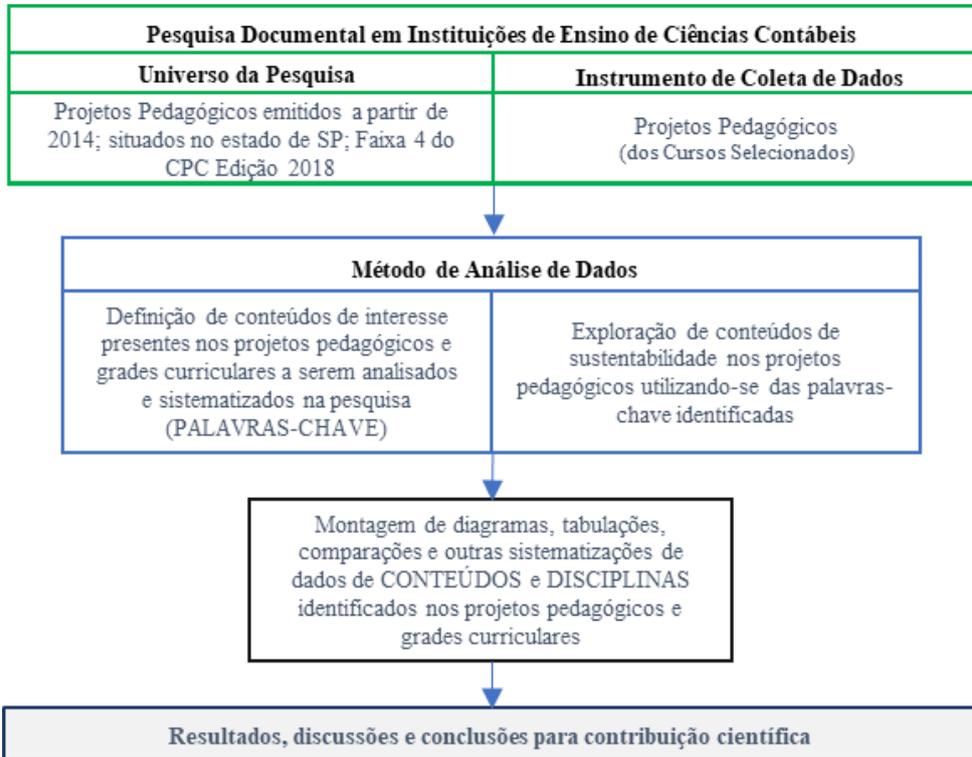
Nesta investigação foi adotada a pesquisa de **natureza descritiva**, já que, em última instância, almejou-se expor uma visão da conjuntura atual (GIL, 2008) sobre as conexões entre conhecimento de sustentabilidade para a formação dos graduandos em Ciências Contábeis. Conforme Pradanov e Freitas (2013) a **pesquisa documental** se destaca pela organização de informações que estão dispersas. Esta classificação metodológica se enquadra a este trabalho já que o mesmo organizou por meio, principalmente, da compilação de informações disponibilizadas por faculdades (que abrangem a amostragem do universo definido), documentos públicos disponibilizados pelo conselho federal da classe profissional e normativa governamental sobre educação.

A pesquisa traz **abordagem qualitativa** para análise de dados. Isso porque se vale de técnicas de sistematizações específicas, porém realiza tratamento de dados por meios subjetivos a partir do estilo do pesquisador (GIL, 2008).

Assim sendo, o método de pesquisa buscou entrelaçar os temas chave de Sustentabilidade, Contabilidade e Educação como variáveis principais do estudo.

3.2. Desenvolvimento da Pesquisa

Pradanov e Freitas (2013) indicam que o método científico é a linha de raciocínio adotada no processo de investigação científica. Esta dissertação orientou seu desenvolvimento a partir de um caminho sistematizado de processos a fim de identificar as ~~diversas~~ etapas ou passos do método utilizado conforme ilustração do fluxograma a seguir:

Figura 6 - Metodologia do Trabalho de Pesquisa

Fonte: o autor.

Preliminarmente, o trabalho realizou uma revisão bibliográfica/documental objetivando a identificação de “palavras-chave” e aprofundamento sobre:

- a) A integração entre a temática de sustentabilidade e as Ciências Contábeis a fim de se identificar os principais pilares de consonância entre as áreas; a importância da sustentabilidade nas Ciências Contábeis; amplitude e delimitações que o ambiente contábil desenvolve atualmente quanto às alternativas de prática profissional de contadores sobre sustentabilidade e demais enfoques sociais sobre a temática de sustentabilidade no universo contábil.
- b) As proposições ao ensino da temática de sustentabilidade, em especial, a graduandos em Ciências Contábeis definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; normativas brasileiras relacionadas ao ensino de sustentabilidade no ensino superior e estudos acadêmicos que já analisaram anteriormente as perspectivas de educação de sustentabilidade de forma ampla ou especificamente a cursos de Ciências Contábeis.

Tornello *et al.* (2012) expressam a função mediadora da informação que as palavras-chave exercem em análises documentais. A quantidade e variedade elevada de informações é desafiadora aos usuários que buscam processá-las para gerar conhecimento. Os autores

explicam que as palavras-chave fazem uma mediação entre a informação registrada e o usuário que a necessita. Elas representam o conteúdo temático de documentos já que transcrevem o teor principal da informação registrada. Benedicto (2019) demonstrou que a busca por palavras-chave sobre sustentabilidade aplicadas a projetos pedagógicos é capaz de gerar subsídios para resultados e discussões em pesquisas. Além disso, a autora demonstrou que as palavras-chave podem ser compostas (de mais de “palavra”) para que o conceito seja realmente compreendido.

Conforme Gil (2008) na pesquisa documental há a possibilidade de serem analisados documentos que não receberam trato analítico, conceito este aplicado a alguns documentos examinados nesta revisão bibliográfica (como documentos oficiais, por exemplo). As obras e documentos apresentados na fundamentação teórica para foram classificados entre:

- a. Obras acadêmicas relacionados a Sustentabilidade e Educação para a Sustentabilidade;
- b. Trabalhos acadêmicos que permeiam os temas de formação pedagógica para Ciências Contábeis relacionada a Sustentabilidade;
- c. Resoluções elaboradas por órgãos ou entidades profissionais do ambiente contábil;
- d. Normativas brasileiras relacionadas ao ensino superior, em especial, as concernentes à questão sustentável.

A etapa seguinte da dissertação resultou em uma pesquisa documental que explorou os projetos pedagógicos a partir das palavras-chave e seus conceitos, assim relacionando a temática de sustentabilidade aplicada em graduações em Ciências Contábeis. O método de pesquisa está formatado conforme os requisitos identificados a seguir.

3.3. Universo, Amostra e Sujeitos da Pesquisa

Para Lakatos e Marconi (1999) o universo é um conjunto de características comuns, em que a amostra é parte desta população-alvo selecionada de acordo com um plano. Neste trabalho pretendeu-se apoiar as análises em agentes pedagógicos diversos, mas correlacionados em relação a performance acadêmica dentro do universo de faculdades de Ciências Contábeis do Estado de São Paulo.

A base para identificação das IES a serem pesquisadas foi a listagem do Conceito Preliminar de Curso Edição 2018 (CPC 2018), disponibilizada pelo INEP no endereço eletrônico:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/igc_cpc/2018/portal_CPC_edicao2018.xlsx

Segundo o próprio INEP o Conceito Preliminar de Curso é:

o conceito que avalia o curso em uma escala de 1 a 5. Para o cálculo, são considerados: Conceito Enade (desempenho dos estudantes na prova do Enade); Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); corpo docente (informações do Censo Superior sobre o percentual de mestres, doutores e regime de trabalho) e percepção dos estudantes sobre seu processo formativo (informações do Questionário do Estudante do Enade). (INEP, 2018).

Gráfico 1 - Composição do CPC



Fonte: INEP (2018).

A amostra selecionada foi identificada por meio de filtros aplicados na lista do CPC 2018 a fim de se estabelecer uma amostra não probabilística intencional utilizando-se das seguintes condições:

- **Área de Avaliação:** Ciências Contábeis
- **Sigla da UF:** SP
- **CPC Faixa:** 4¹

A partir do conjunto amostral encontrado de 65 cursos de graduação em Ciências Contábeis com avaliação CPC Faixa 4 e situados no estado de São Paulo, foram estabelecidos critérios para se identificar os projetos pedagógicos a serem analisados, os quais seriam os sujeitos da pesquisa. Ou seja, aqueles que forneceram os dados para que o autor realizasse a

¹ A amostra não se expandiu também para cursos da Faixa 5, pois os seus respectivos Projetos Pedagógicos de Cursos não foram encontrados disponíveis em ambiente digital.

pesquisa (VERGARA, 2005). Os requisitos para a seleção dos sujeitos da pesquisa dentre o recorte amostral foram:

- projetos pedagógicos disponíveis em ambiente público eletrônico com data de emissão não anterior ao ano de 2014 para garantir uma temporalidade longitudinal ao estudo; e
- projetos pedagógicos completos disponíveis em pdf nos sites das instituições de ensino.

A relação dos 8 projetos pedagógicos detectados a partir dos requisitos definidos e suas respectivas instituições de ensino (sujeitos da pesquisa) é apresentada no Quadro 11.

Quadro 11 - Sujeitos da Pesquisa

Nome IES	Sigla IES	Categoria	Município	Data PPC	CPC Faixa
CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE	UNIFIA	Privada com fins lucrativos	AMPARO	2018	4
CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - FEOB	UNIFEQB	Privada sem fins lucrativos	SAO JOAO DA BOA VISTA	2018	4
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JAGUARIÚNA	FAJ	Privada com fins lucrativos	JAGUARIUNA	2016	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	Pública Federal	OSASCO	2020	4
CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU	CSJT	Privada com fins lucrativos	SANTOS	2018	4
CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SENACSP	Privada sem fins lucrativos	SAO PAULO	2014	4
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	UAM	Privada com fins lucrativos	SAO PAULO	2019	4
FACULDADE ANHANGUERA DE SERTÃOZINHO	FASERT	Privada com fins lucrativos	SERTAOZINHO	2017	4

Fonte: Elaboração própria a partir de INEP (2018).

3.4. Coleta de Dados

Como já mencionado, os projetos pedagógicos sujeitos da pesquisa foram coletados em ambiente público eletrônico (sites) das instituições que se almejava pesquisar. A amplitude de dados disponibilizados virtualmente garantiu relevância analítica da matéria e

trouxe limiares metodológicos para que não houvesse dispersão de foco com outros modelos de coleta de dados.

A coleta de dados se deu por meio de busca na plataforma “Google” utilizando os seguintes termos: “*nome da instituição*” projeto pedagógico graduação ciências contábeis entre os dias 01 de setembro de 2020 a 20 de novembro de 2020.

3.5. Análise de Dados

Este estudo tomou como base principal de análise de dados os conceitos definidos por Bardin (2006) sendo suas etapas: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material e 3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A análise de dados de Bardin foi estruturada neste trabalho da seguinte forma:

3.5.1. Pré-análise: Análise de fundamentos bibliográficos e documentais para estabelecer **Palavras-Chave** (os pontos de convergência entre sustentabilidade e contábeis). A pesquisa documental (apresentada na fundamentação teórica deste trabalho) resultou nas palavras-chave identificadas no Quadro 12.

Quadro 12 - Palavras-Chave

Palavras-chave	Contexto para Exigibilidade na Pesquisa
Sustentabilidade	Quando relacionada ao equilíbrio econômico, social e ambiental.
Sustentável	Quando relacionada ao desenvolvimento sustentável.
Ética	Ética para a sustentabilidade nas dimensões sociais e ambientais.
Socioambiental	Intersecção entre as dimensões sociais e ambientais.
Socioeconômico	Intersecção entre as dimensões sociais e econômicas.
Contabilidade Social	Enfoque a aplicação da contabilidade para o desenvolvimento social.
Meio Ambiente	Enfoque de cuidado aos recursos naturais.
Ambiental	Quando relacionado a dimensão ambiental da sustentabilidade.
Direito Ambiental	Legislação e direitos de preservação ambiental.
Educação Ambiental	Formação humana sobre e para sustentabilidade.
Ecologia	Enfoque ambiental para os negócios.
Recursos Naturais	Quando relacionado a sua preservação e utilização equilibrada.
Responsabilidade Social	Relacionado a responsabilidade social individual e empresarial.
Desenvolvimento Social	Quando relacionado ao contexto socioeconômico.
Sustentabilidade Econômica	Enfoque econômico da sustentabilidade.
Balço Social	Quando relacionado aos relatórios de indicadores.
Bem-estar	Quando relacionado ao bem-estar coletivo.

Fonte: elaborado pelo autor com base na Fundamentação Teórica realizada.

3.5.2. Exploração do material: Neste passo os projetos pedagógicos foram examinados a fim de se extrair as palavras-chave utilizadas com enfoque relacionado a sustentabilidade, identificando-se qual parte da estrutura do projeto pedagógico as mesmas foram encontradas.

3.5.3. Tratamento dos resultados: O processamento das informações foi realizado por meio de exames qualitativos apresentados no capítulo “Resultados e Discussões”, para efetivação das disposições de classificação, tabulação, eixos de perspectiva, comparação, quantificação, montagem de diagramas e demais sínteses. Como forma de ponderação dos resultados para comparação de engajamento entre as IES o autor definiu um método de ponderação qualitativo definindo critérios de ponderação e escala de indicadores qualitativos, sendo estes explicitados na tabela 20.

3.5.4. Inferências e Interpretações: Finalmente a pesquisa apresenta suas conclusões avaliando criticamente os resultados; gerando inferências e interpretações; identificando enfoques de contribuição trazidos pelo estudo e discutindo o alcance de seus objetivos iniciais.

O próximo capítulo apresenta os resultados da análise conforme a metodologia exposta anteriormente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados e discussões da pesquisa. Preliminarmente são expostos os resultados individualizados por IES. Em seguida os resultados são demonstrados de forma consolidada.

4.1. Apresentação dos Resultados por IES

A busca por palavras-chave se deu em cada um dos pilares dos Projetos Pedagógicos de Curso, sendo estes:

- **Políticas do Curso:** identificação de abordagens relacionadas a sustentabilidade nas políticas gerais do curso, objetivos do curso e linhas pedagógicas;
- **Perfil do Egresso:** busca pela presença da temática de sustentabilidade no perfil do egresso proposto pela instituição;
- **Grade Curricular:** reconhecimento da presença de disciplinas específicas com enfoque em questões de sustentabilidade na Grade Curricular;
- **Ementário:** busca por conteúdos de temática sustentável no ementário de cada disciplina ofertada;
- **Bibliografia Sugerida:** identificação de bibliografia de cunho sustentável sugerida na proposta das disciplinas.

4.1.1. Centro Universitário Amparense - UNIFIA | Amparo/SP | 2018

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da UNIFIA foram os seguintes:

Tabela 1 - Distribuição das palavras-chave da IES UNIFIA

Palavras-Chaves e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Sustentabilidade	4	1			
Sustentável	3			2	
Ética Sustentável			1	1	
Socioambiental	3			1	
Socioeconômico	1				
Contabilidade Social			1	1	3
Meio Ambiente	3		1	3	
Ambiental				3	2

Direito Ambiental					2
Educação Ambiental	1			3	
Recursos Naturais	1				
Responsabilidade Social	3	2	1		1
Socioeconômico	1				
Bem-estar		1			
Total - 49	20	4	4	14	8

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A Tabela 2 destaca os resultados encontrados organizados por tópico da estrutura do PPC:

Tabela 2 - Resultados UNIFIA

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Na apresentação do curso o PPC traz diversas palavras-chave de cunho sustentável, principalmente nos objetivos do curso e políticas de fornecimento. Alguns exemplos da temática de sustentabilidade encontrada são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>O curso de Bacharelado em Ciências Contábeis tem como objetivo geral [...]na busca do equilíbrio permanente entre o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida, tanto nas organizações como na sociedade como um todo.</i> • <i>Nesse projeto, o Centro Universitário Amparense busca proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e competências em diversos contextos de linguagens sócio comunicativos, intercultural, socioambiental, técnico-científico, ético e humano e liderança empreendedora na sociedade contemporânea. Nesse sentido, também está inserida a perspectiva da transversalidade com os temas Ética, Saúde, Meio Ambiente, Diversidade tão importante para formação cidadã.</i>
Perfil do Egresso	<p>O perfil do egresso ao apresentar palavras-chave da sustentabilidade enfoca com maior intensidade a responsabilidade social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>O curso de Graduação em Ciências Contábeis tem como compromisso, conforme acena sua matriz curricular, contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica, articulada com outros ramos do saber, evidenciando um domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares, não perdendo de vista o posicionamento ético e atitudes empreendedoras.</i>
Grade Curricular	<p>A grade curricular apresenta três disciplinas com forte conteúdo de sustentabilidade, sendo estas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ética e Cidadania - obrigatória • Contabilidade Social - obrigatória • Responsabilidade Social e Meio Ambiente - Optativa
Ementário	<p>O ementário traz diversas palavras-chave sobre sustentabilidade, sendo estas presentes</p>

	principalmente nas disciplinas Ética e Cidadania, Contabilidade Social e Responsabilidade Social e Meio Ambiente.
Bibliografia Sugerida	<p>Foram identificados 8 referenciais com temática sustentável, sendo estes:</p> <p>FEIJÓ, C. A.; YOUNG, C. E. F.; LIMA, F. C. G. de C.; GALVÃO, O. J. de A.; RAMOS, R. L. O. Contabilidade Social. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2003.</p> <p>FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010.</p> <p>MOURA, Antônio Abdalla. Qualidade e gestão ambiental. 5ª edição, São Paulo: Ed. Jurez de Oliveira, 2008.</p> <p>PAULANI, L. M. A Nova Contabilidade Social. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Contabilidade Social. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>ROSA, Patrícia Silveira. O licenciamento ambiental à luz da teoria dos sistemas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.</p> <p>TENÓRIO, Guilherme Fernando (org.). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

O curso da UNIFIA foi o único a oferecer tanto disciplinas obrigatórias como optativa. Esta possibilidade de aprofundamento reflete coerentemente as disposições políticas do curso na aplicação da temática sustentável no PPC.

4.1.2. Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos - UNIFEOB | São João da Boa Vista/SP | 2019

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da UNIFEOB foram os seguintes:

Tabela 3 - Distribuição das palavras-chave da IES UNIFEOB

Palavras-Chaves e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Sustentabilidade	1		2	4	5
Sustentável	2		1	2	
Ética Sustentável	1				
Socioambiental	1				
Socioeconômico	2				
Contabilidade Social				1	1

Meio Ambiente	3			3	2
Ambiental	6	2		5	6
Educação Ambiental	2				
Ecologia				1	
Recursos Naturais				2	
Responsabilidade Social	4	1		2	2
Desenvolvimento Social	3				
Balanco Social					1
Sustentabilidade Econômica				1	
Bem-estar	1				
Total - 70	26	3	3	21	16

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

O PPC da UNIFEQB traz conteúdo de temática sustentável em todos os tópicos de sua estrutura conforme detalhado na Tabela 4:

Tabela 4 - Resultados UNIFEQB

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Alguns exemplos da temática de sustentabilidade encontrada nas políticas do curso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A missão, a visão, os valores e o propósito estão evidenciados nas atividades acadêmicas, nas atividades junto à comunidade, nas atividades de pesquisa e extensão, nas atividades internas, nas relações institucionais e no desenvolvimento sustentável local e regional.</i> • <i>As unidades ofertadas para esse eixo de formação são: Desenvolvimento intelectual; Autoconhecimento; Diálogo com a academia; Diversidade cultural; Arte e cultura; Percepção de mundo e sustentabilidade; Carreiras; Empreendedorismo; Comunicação e negociação e Planejamento estratégico.</i>
Perfil do Egresso	<p>O PPC indica a questão sustentabilidade de forma direta entre os itens do perfil do egresso</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Portanto, para o perfil profissional do egresso são consideradas as seguintes competências:</i> <ul style="list-style-type: none"> ○ [...] <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Ter responsabilidade social e ambiental</i>
Grade Curricular	<p>A grade curricular apresenta um Modelo Completo (segundo semestre) com o título de Sustentabilidade. Ainda que todas as setes disciplinas deste módulo tenham a Sustentabilidade como eixo, apenas uma tem título em enfoque diretamente relacionados à temática sustentável, sendo esta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Sustentável – obrigatória. <p>Há outra disciplina obrigatória no Módulo de Controladoria com o termo sustentabilidade em seu</p>

	título, sendo esta: <ul style="list-style-type: none"> • Percepção de Mundo e Sustentabilidade – obrigatória.
Ementário	O ementário traz palavras-chave sobre sustentabilidade principalmente nas disciplinas do Módulo de Sustentabilidade.
Bibliografia Sugerida	<p>Foram identificados 12 referenciais com temática sustentável, sendo estes:</p> <p>ALVES, Ricardo Ribeiro. Marketing Ambiental: Sustentabilidade Empresarial e Mercado Verde. São Paulo: Manole, 2016.</p> <p>BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial - Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>BERTOLINO, M. T. Sistemas de gestão ambiental na indústria alimentícia. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 01/2012.</p> <p>FENKER, Eloy Antonio Al. Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>HALICKI, Zelia; ARANTES, Elaine C.; STADLER, Adriano. Empreendedorismo e Responsabilidade Social. Curitiba, INTERSABERES, 2014.</p> <p>JR. PHILIPPI, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo Andrade; BRUNA, Gilda (eds.). Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole, 2014.</p> <p>KOHN, Ricardo. Ambiente e Sustentabilidade - Metodologias para Gestão. São Paulo: LTC, 2015.</p> <p>LINS, Luiz dos Santos. Introdução à Gestão Ambiental Empresarial: Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria. São Paulo: Atlas, 08/2015.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda, 14ª ed. (Coords.), Luís Fernando Soares Zuin e Timóteo Ramos Q. Agronegócios: Gestão, Inovação e Sustentabilidade Fundamentos do controle empresarial.</p> <p>ROSA, André Henrique; FRACETO, F., MOSCHINI-CARLOS, Viviane organizadores. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>TINOCO, João Prudêncio. Balanco Social e o Relatório da Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

Este foi o PPC que contou com a maior variedade de palavras-chave, sendo que 16 dos 17 termos analisados foram encontrados no texto.

4.1.3. Faculdade de Jaguariúna - FAJ | Jaguariúna/SP | 2016

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da FAJ foram os seguintes:

Tabela 5 - Distribuição das palavras-chave da IES FAJ

Palavras-Chaves e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Ética (contexto sustentável)			1		
Socioeconômico	1				
Meio Ambiente	2				
Ambiental	2	1			
Responsabilidade Social			1		
Bem-estar	1				
Total - 9	6	1	2	0	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

O PPC da FAJ não detalha o conteúdo de cada disciplina, mas apresenta a grade curricular de disciplinas optativas e obrigatórias. A Tabela 6 sintetiza os resultados extraídos:

Tabela 6 - Resultados FAJ

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Alguns exemplos da temática de sustentabilidade encontrada nas políticas do curso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Como objetivos específicos, busca-se integrar ações de ensino, pesquisa e extensão no processo de formação, proporcionando aos estudantes:</i> <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Formação profissional com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental e organizacional;</i> ○ <i>Ter espírito empreendedor e exercer a profissão, pautado em valores éticos e humanísticos tais como a solidariedade, respeito à vida humana e ao meio ambiente, convivência com a pluralidade e diversidade de ideias e pensamentos.</i>
Perfil do Egresso	O PPC enumera habilidades e competências para os egressos do curso, porém não pontua nenhum item de sustentabilidade e seus conceitos principais.
Grade Curricular	<p>A grade curricular apresenta uma disciplina não obrigatória com conteúdo específico de sustentabilidade, sendo esta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ética, Responsabilidade Social e Meio Ambiente – optativa.</i>
Ementário	O PPC da instituição não detalha o ementário de cada disciplina.
Bibliografia Sugerida	O PPC da instituição não detalha a bibliografia sugerida de cada disciplina.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

Este projeto pedagógico não mencionou nenhuma palavra-chave com a raiz da palavra sustentabilidade ainda que por meio de outros termos tenha sinalizado algum compromisso com os conceitos que formatam o tema.

4.1.4. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP | Osasco/SP | 2020

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da UNIFESP foram os seguintes:

Tabela 7 - Distribuição das palavras-chave da IES UNIFESP

Palavras-Chaves e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Sustentabilidade	3			3	1
Sustentável	2	1		1	1
Socioambiental		1		2	
Socioeconômico	2			1	
Contabilidade Social	3		1	1	2
Meio Ambiente					
Ambiental	4		1	5	8
Direito Ambiental				1	
Educação Ambiental	3			1	
Ecologia					2
Responsabilidade Social				3	1
Sustentabilidade Econômica	1				
Bem-estar	1				
Total - 54	19	2	2	18	15

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A UNIFESP é a única IES pública entre os sujeitos desta pesquisa. A Tabela 8 detalha os resultados obtidos na análise de seu PPC:

Tabela 8 - Resultados UNIFESP

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Alguns exemplos da temática de sustentabilidade encontrada nas políticas do curso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“A razão de existência primordial de uma universidade pública é contribuir para o reconhecimento e reformulação dos problemas que afligem nossa sociedade e o planeta,</i>

	<p><i>para a produção de conhecimento teórico e prático, para a formação do discernimento e para a compreensão do tempo presente, com vistas à transformação social, à satisfação do interesse coletivo e ao desenvolvimento equitativo e sustentável</i>".</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Observa-se a preocupação do curso em ofertar conhecimentos atuais referentes aos aspectos de sustentabilidade ambiental, social e econômica imprescindível para a formação de profissionais hoje e no futuro.</i>
Perfil do Egresso	<p>O PPC aborda o perfil do egresso indicando que a formação do curso deve favorecer o desenvolvimento econômico sustentável:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A formação acadêmica proposta pela UNIFESP visa privilegiar o desenvolvimento de um profissional que saiba equilibrar conhecimentos práticos e teóricos para atuar com criatividade e flexibilidade frente às mudanças num mundo globalizado, representando elemento fundamental para o desenvolvimento econômico nacional sustentável.</i>
Grade Curricular	<p>A grade curricular apresenta uma disciplina obrigatória com conteúdo específico de sustentabilidade, sendo esta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade Social e Ambiental – obrigatória. <p>Além desta, a disciplina Ética Contábil apesar de não ser específica, contribui com conteúdos sustentáveis.</p>
Ementário	<p>As palavras-chave extraídas do Ementário foram principalmente encontradas na disciplina Contabilidade Social e Ambiental, além da disciplina Ética Contábil.</p>
Bibliografia Sugerida	<p>Foram identificados 11 referenciais com temática sustentável, sendo estes:</p> <p>BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BRAGA, Célia. Contabilidade Ambiental - Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade. São Paulo: Atlas. 2007.</p> <p>CARVALHO, Gardênia Maria Braga. Contabilidade Ambiental: teoria e prática. 2. ed. Curitiba: Ed. Juruá. 2011.</p> <p>COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. Contabilidade Ambiental - Mensuração, Evidenciação e Transparência. São Paulo: Atlas. 2012.</p> <p>CUNHA, M. P. Ecologia organizacional: implicações para a gestão e algumas pistas para a superação de seu caráter anti-management. RAE – Revista de Administração de Empresas, 39(4), p.p. 21-28, 1999.</p> <p>GOMES, Mônica Zaidan; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2012.</p> <p>HANNAN, Michael T., FREEMAN, John. Ecologia de população das organizações. In: CALDAS, Miguel P., BERTERO, Carlos O. (Coord.) Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade Ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2010.</p> <p>SILVA, Benedito Gonçalves da. Contabilidade Ambiental - Sob a Ótica da Contabilidade Financeira. Curitiba: Ed. Juruá. 2008.</p>

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Contabilidade e Gestão Ambiental – 3. ed. São Paulo: Atlas. 2011.
WAKIM, Vasconcelos Reis; WAKIM, Elizete Aparecida de Magalhaes. Perícia Contábil e Ambiental - Fundamentação e Prática. São Paulo: Atlas. 2012.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

Este foi o PPC mais atualizado entre os documentos analisados na pesquisa. A presença da disciplina Contabilidade Social e Ambiental aponta para uma intersecção direta entre a contabilidade e a sustentabilidade (por meio das dimensões sociais e ambientais).

4.1.5. Centro Universitário São Judas Tadeu - CSJT/UNIMONTE| Santos/SP | 2018

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da CSJT foram os seguintes:

Tabela 9 - Distribuição das palavras-chave da IES CSJT/UNIMONTE

Palavras-Chave e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Sustentabilidade	10				
Sustentável	3				
Ética (contexto sustentável)	2				
Socioambiental	3				
Socioeconômico	2				
Meio Ambiente	6				
Ambiental	1				
Educação Ambiental	2				
Ecologia	1				
Responsabilidade Social	8				
Bem-estar	1				
Total - 39	39	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

O volume de palavras-chave sobre a temática de sustentabilidade se concentrou apenas no tópico de Políticas do Curso. A Tabela 10 traz alguns trechos do documento:

Tabela 10 - Resultados CSJT/UNIMONTE

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Todas as palavras-chave de temática sustentável que aparecem no PPC estão descritas nas políticas do Curso. Alguns exemplos da temática de sustentabilidade encontrada nas políticas do curso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Dessa forma, o Centro Universitário São Judas Tadeu se define como uma Instituição contemporânea, regional, inovadora e dinâmica, com foco na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável.</i> • <i>A sustentabilidade, compreendida como um tema transversal, imperativo para o entendimento e a abordagem de temas diversos (condição humana, economia global, relações de trabalho, concentração de riquezas, globalização da pobreza, violência, exclusão social, consumismo, produção de novas tecnologias, conduta ética, relações étnico-raciais, cultura indígena, cultura africana, cultura afro-brasileira, questões ambientais etc.), encontra na educação uma força central.</i>
Perfil do Egresso	O perfil do egresso não tem requisitos relacionados a sustentabilidade.
Grade Curricular	A grade curricular não apresenta disciplinas específicas com temática de sustentabilidade.
Ementário	O PPC da instituição não detalha o ementário de cada disciplina.
Bibliografia Sugerida	O PPC da instituição não detalha o teor programático de cada disciplina, porém traz uma Bibliografia Geral do curso sem referenciais de cunho sustentável.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A ausência de ementário das disciplinas comprometeu a avaliação deste PPC. Entretanto verifica-se a presença de palavras-chave nas políticas da instituição não teve reflexo na grade de disciplinas oferecidas.

4.1.6. Centro Universitário SENAC - SENAC | São Paulo/SP | 2014

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico do SENAC foram os seguintes:

Tabela 11 - Distribuição das palavras-chave da IES SENAC

Palavras-Chave e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Sustentabilidade	11		1	2	6
Sustentável	3	1	2	2	6
Ética (contexto sustentável)	2				

Socioambiental	6		1	1	1
Socioeconômico				1	
Meio Ambiente	4				
Ambiental	7			5	8
Educação Ambiental	5				
Recursos Naturais	1				
Responsabilidade Social	7			1	4
Sustentabilidade Econômica				1	
Balanço Social				1	2
Bem-estar (contexto sustentável)	2				
Total - 94	48	1	4	14	27

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A Tabela 12 organiza as palavras-chave identificadas e apresenta alguns trechos do documento:

Tabela 12 - Resultados SENAC

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>As políticas deste PPC são as que apresentam maior número de palavras-chave relacionadas a sustentabilidade. Um exemplo deste conteúdo é uma das áreas temáticas do curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Inovação em Sustentabilidade - Centro de excelência na área que visa fomentar a pesquisa e o ensino quanto à sustentabilidade, por meio do desenvolvimento e organização do conhecimento sobre responsabilidade socioambiental (RSA) frente aos desafios no ambiente dos negócios e na sociedade. Assim como o desenvolvimento: de negócios sustentáveis (plano de negócio, produtos e serviços); de modelos de gestão sustentável; de metodologias educacionais para formação de líderes sustentáveis; e a realização de pesquisa. Projeto da área: Inovação em Sustentabilidade Senac/Instituto ETHOS.</i>
Perfil do Egresso	<p>O PPC estabelece pontualmente a questão sustentável no perfil do egresso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Desta forma, o futuro profissional terá elementos para trabalhar de modo integrado e articulado e seu perfil será caracterizado pelas seguintes competências:</i> <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Operar técnicas de coleta, processamento, interpretação e comunicação das mensurações contábeis concernentes à formação de custos das entidades, espelhando os padrões de consumo de recursos materiais e humanos em âmbito estratégico, sendo capaz de auxiliar o direcionamento dos recursos de forma sustentável e empreendedora.</i>
Grade	A grade curricular traz quatro disciplinas diretas relacionadas a conteúdos sustentáveis:

<p>Curricular</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ética, Cidadania e Sustentabilidade – obrigatória. • Contabilidade Socioambiental – obrigatória. <p>As outras duas disciplinas são fruto de um eixo do projeto pedagógico que fortalece o desenvolvimento sustentável para todo o segundo ano do curso. Acontecendo uma em cada semestre do ano as disciplinas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Inovador III: Desenvolvimento Sustentável – obrigatória. • Projeto Inovador IV: Desenvolvimento Sustentável – obrigatória.
<p>Ementário</p>	<p>O PPC da instituição traz palavras-chave de sustentabilidade principalmente nas disciplinas específicas do tema: Ética, Cidadania e Sustentabilidade, Contabilidade Socioambiental, Projeto Inovador III e IV: Desenvolvimento Sustentável.</p>
<p>Bibliografia Sugerida</p>	<p>Foram identificados 21 referenciais com temática sustentável, sendo estes:</p> <p>ASHLEY, P. A. (coord.) Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial - conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável - da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>CAMPOS, L. M. S. Auditoria ambiental - uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CORRAL, T.; LINK, W. A liderança é global: cocriando um mundo mais humano e sustentável. São Paulo: Senac, 2012.</p> <p>DIAS, R. Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>FELIX, J. B.; BORDA, G. Z. Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: Uma Nova Visão de Marketing e Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>GOMES, S. M. S; GARCIA, C. O. Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>GREGORIO, M. R.; BRANDÃO, M. M. Visões da governança corporativa - a realidade das sociedades por ações e a sustentabilidade. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>JABBOUR, C. J. C.; JABBOUR, A. B. L. S. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>PEZZULLO, S. Desenvolvendo sua organização: um guia de sustentabilidade para ONGs. São Paulo: Senac, 2003.</p> <p>ROVERE, E. L. (org.); DAVIGNON, A. L. <i>et al.</i> Manual de auditoria ambiental. Porto Alegre: Qualitymark, 2011.</p> <p>SERRÃO, M.; ALMEIDA, A.; CARESTIATO, A. Sustentabilidade: uma questão de todos nós. Rio de Janeiro: Senac, 2012.</p>

<p>SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>STADLER, A.; MAIOLI, M. R. Organizações e desenvolvimento sustentável. Curitiba: IBPEX, 2011.</p> <p>TINOCO, J. E. P. Balanco social e relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>VEIGA, J. E. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2010.</p> <p>VELLANI, C. L. Contabilidade e responsabilidade social: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>VOLTOLINI, R. Conversas com líderes sustentáveis: o que aprender com quem fez ou está fazendo a mudança para a sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2011.</p>
--

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

O Centro Universitário/ SENAC foi o sujeito da pesquisa que mais abordou o tema de sustentabilidade em seu Projeto Pedagógico. Este é o projeto mais antigo da amostra e mesmo assim teve um grande enfoque com as questões de sustentabilidade.

4.1.7. Universidade Anhembi Morumbi | São Paulo/SP | 2019

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da Anhembi Morumbi foram os seguintes:

Tabela 13 - Distribuição das palavras-chave da IES Anhembi Morumbi

Palavras-Chaves e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Sustentabilidade				1	
Sustentável	2				
Socioambiental	1				
Socioeconômico				1	
Meio Ambiente	1				
Ambiental	1			1	
Responsabilidade Social	1			1	
Desenvolvimento Social	1		2	1	
Total - 14	7	0	2	5	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A instituição de ensino optou por um PPC mais sintético em que o conteúdo das disciplinas não é explorado. Ainda assim foi possível identificar palavras-chave relacionadas a sustentabilidade em alguns elementos do PPC conforme a Tabela 14:

Tabela 14 - Resultados Anhembi Morumbi

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Alguns exemplos da temática de sustentabilidade encontrada nas políticas do curso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>O profissional da Contabilidade se torna peça chave no complexo cenário contemporâneo, já que, com sua formação ampla, é capaz de aplicar conhecimentos para a solução de problemas sociais atuais, além de traçar novos caminhos para um futuro mais próspero e sustentável.</i> • <i>O mercado tem se comportado de maneira positiva na absorção de egressos do curso, que podem ocupar posições de trabalho nos setores público e privado, nas áreas: contábil financeira, gerencial e socioambiental; [...].</i>
Perfil do Egresso	O PPC apresenta o perfil do egresso como um diagrama com diversas competências. Porém, nenhuma delas se relaciona a questão sustentável.
Grade Curricular	<p>A grade curricular traz duas disciplinas relacionadas a conteúdos sustentáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Social e Humano – obrigatória. • Empreendedorismo Social – obrigatória.
Ementário	O PPC da instituição apresenta apenas a síntese de cada disciplina e não o ementário completo.
Bibliografia Sugerida	O PPC não indica bibliografia sugerida de cada disciplina.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A instituição não abordou a questão sustentável de forma mais ampla quando comparada a outras IES desta pesquisa. A definição de suas disciplinas indica que a responsabilidade corporativa social teve maior peso na implementação prática da temática de sustentabilidade no curso.

4.1.8. Faculdade Anhanguera de Sertãozinho | FASERT | Sertãozinho/SP | 2017

Os resultados obtidos a partir do Projeto Pedagógico da FASERT foram os seguintes:

Tabela 15 - Distribuição das palavras-chave da IES FASERT

Palavras-Chave e Variações	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia
Ética (contexto sustentável)	1				
Socioeconômico	1				
Meio Ambiente			1		
Responsabilidade Social	1		1		
Desenvolvimento Social	1				
Total - 6	4	0	2	0	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

A Tabela 16 detalha os poucos pontos identificados no PPC da FASERT, sendo esta a IES com menor quantidade de palavras-chave identificadas na pesquisa. Porém o curso conta com uma disciplina obrigatória denominada Responsabilidade Social e Meio Ambiente.

Tabela 16 - Resultados FASERT

Tópico PPC	Descrição da Análise
Políticas do Curso	<p>Não há palavras-chave “sustentabilidade” ou “sustentável” no PPC, porém em suas políticas o enfoque ao tema se faz presente por outros termos como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>O presente Projeto expressa a preocupação em concretizar a missão de “promover o ENSINO de forma eficiente, com um grau de qualidade necessário ao bom desempenho das futuras atividades profissionais dos educandos, para que, de forma competente e ética, possam desenvolver seus PROJETOS DE VIDA como cidadãos conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais”.</i>
Perfil do Egresso	O PPC não aponta questões sustentáveis para o perfil do egresso definido.
Grade Curricular	<p>A grade curricular apresenta uma disciplina obrigatória com conteúdo específico de sustentabilidade, sendo esta:</p> <ul style="list-style-type: none"> Responsabilidade Social e Meio Ambiente – obrigatória.
Ementário	O PPC da instituição não detalha o ementário de cada disciplina.
Bibliografia Sugerida	O PPC da instituição não detalha a bibliografia sugerida de cada disciplina.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do PPC da instituição.

O PPC da instituição é único para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia. Além disso, a ausência de detalhamento das disciplinas comprometeu ainda mais a possibilidade de se encontrar palavras-chave.

4.2. Análise dos Resultados Consolidados

Apresenta-se a seguir a análise de resultados de forma consolidada. Os dados obtidos na pesquisa individual de cada IES foram compilados a fim de se obter uma visão abrangente da sustentabilidade no processo formativo de cursos de graduação em Ciências Contábeis no estado de São Paulo.

Na Tabela 17 as palavras-chave foram classificadas pela quantidade de citações encontradas nos documentos:

Tabela 17 - Ranking de Palavras-chave

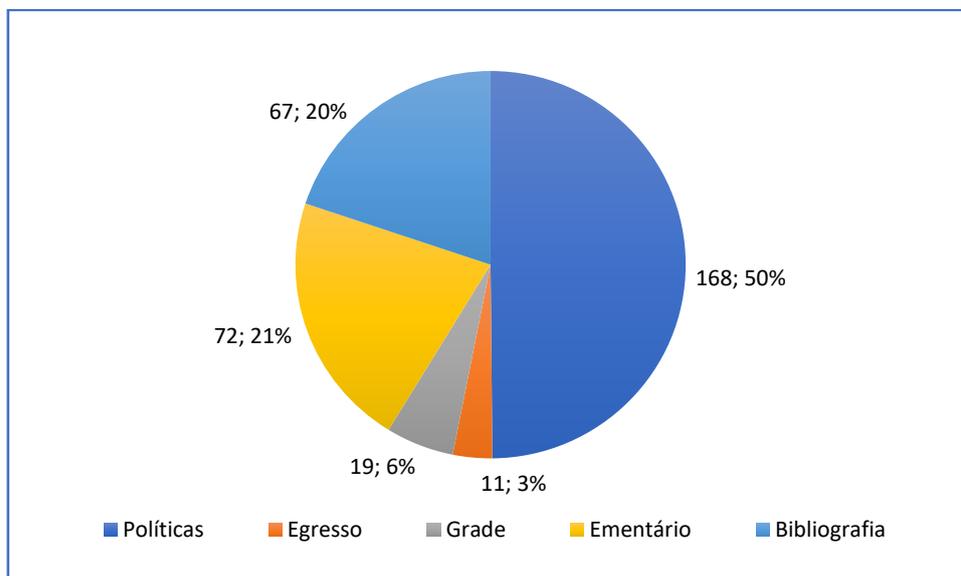
Palavras-Chave e Variações	Total	% Total
Ambiental	68	20%
Sustentabilidade	55	16%
Responsabilidade Social	45	13%
Sustentável	34	10%
Meio Ambiente	29	9%
Socioambiental	21	6%
Educação Ambiental	17	5%
Contabilidade Social	14	4%
Socioeconômico	12	4%
Ética (contexto sustentável)	9	3%
Desenvolvimento Social	8	2%
Bem-estar (contexto sustentável)	7	2%
Ecologia	4	1%
Recursos Naturais	4	1%
Balanço Social	4	1%
Direito Ambiental	3	1%
Sustentabilidade Econômica	3	1%
Total	337	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

O morfema da palavra sustentabilidade representou 27% das palavras-chave identificadas (**Sustentabilidade**, **Sustentável** e **Sustentabilidade Econômica**), sendo o percentual restante composto por outras palavras de raízes e radicais diversos, mas que ainda assim compõe o universo do tema.

A apresentação das **Políticas do Curso** explorou em maior quantidade a temática sustentável concentrando 168 das 337 citações extraídas dos PPC, conforme demonstrado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Distribuição das Palavras-chave por tópico do PPC



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Apesar das políticas de curso apresentarem grande número de citações de sustentabilidade, o **Perfil do Egresso** não aglutinou muitas palavras-chave sobre o assunto. Metade dos projetos pedagógicos não fez nenhuma ligação entre a sustentabilidade e o perfil desejado aos seus egressos.

Entre as IES analisadas apenas o CSJT/UNIMONTE deixou de incluir em sua matriz curricular alguma disciplina com temática de sustentabilidade, logo 88% dos cursos ofereceram ao menos uma disciplina aos seus egressos sobre o tema em questão. A oferta de disciplinas não refletiu diretamente a sugestão elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que propôs matéria de *Responsabilidade Social* às IES para os cursos de graduação em Ciências Contábeis. O título *Responsabilidade Social* foi incluído em três das treze disciplinas ofertadas pelas IES com adição de mais termos para intitular a disciplina. A

Tabela 18 demonstra que a transdisciplinaridade da sustentabilidade resultou em uma diversidade de nomenclaturas e abordagens:

Tabela 18 – Disciplinas de Sustentabilidade Ofertadas pelas IES.

IES	DISCIPLINA	Eletividade
UNIFIA	Ética e Cidadania	Obrigatória
	Contabilidade Social	Obrigatória
	Responsabilidade Social e Meio Ambiente	Optativa
UNIFEQB	Desenvolvimento Sustentável	Obrigatória
FAJ	Ética, Responsabilidade Social e Meio Ambiente	Optativa
UNIFESP	Contabilidade Social e Ambiental	Obrigatória
SENAC	Ética, Cidadania e Sustentabilidade	Obrigatória
	Contabilidade Socioambiental	Obrigatória
	Projeto Inovador III: Desenvolvimento Sustentável	Obrigatória
	Projeto Inovador IV: Desenvolvimento Sustentável	Obrigatória
Anhembi Morumbi	Desenvolvimento Social e Humano	Obrigatória
	Empreendedorismo Social	Obrigatória
FASERT	Responsabilidade Social e Meio Ambiente	Obrigatória

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

As disciplinas obrigatórias representaram 85% do total de disciplinas ofertadas enquanto apenas dois cursos definiram suas disciplinas de cunho sustentável como optativa. O curso da IES SENAC se destacou por ser o único com quatro disciplinas, sendo todas elas obrigatórias.

O referencial bibliográfico não foi explicitado em todos os PPC, porém a pesquisa identificou 52 indicações de referencial bibliográfico com a temática de sustentabilidade. Os autores que se destacaram foram **José Carlos Barbieri**, **João Eduardo Prudêncio Tinoco** com 4 indicações, além de **Ricardo Dias** e **Araceli Cristina de Souza Ferreira** com 2 indicações cada. **Dias** e **Tinoco** foram os únicos autores propostos como bibliografia sugerida pelo CFC a serem identificados nos PPC. A Tabela 19 indica que os quatro termos mais comuns nos títulos das obras indicadas refletem a tendência de maior frequência de palavras-chave totais presentes nos PPC:

Tabela 19 – *Ranking* de Palavras-Chave na Bibliografia Sugerida nos PPC.

Bibliografia Sugerida nos PPC	PPC (Políticas, Egresso, Grade, Ementário, Bibliografia)
Ambiental	Ambiental
Sustentabilidade	Sustentabilidade
Responsabilidade Social	Responsabilidade Social
Sustentável	Sustentável
Contabilidade Social	Meio Ambiente
Balanco Social	Socioambiental
Meio Ambiente	Educação Ambiental
Ecologia	Contabilidade Social
Direito Ambiental	Socioeconômico
Socioambiental	Ética (contexto sustentável)
Educação Ambiental	Desenvolvimento Social
Socioeconômico	Bem-estar (contexto sustentável)
Ética (contexto sustentável)	Balanco Social
Desenvolvimento Social	Ecologia
Bem-estar (contexto sustentável)	Recursos Naturais
Recursos Naturais	Direito Ambiental
Sustentabilidade Econômica	Sustentabilidade Econômica

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A média de palavras-chave nos **Ementários** propostos pelas IES é de 14 palavras-chave por PPC. Já a média de palavras-chave presentes nas **Políticas do Curso** são de 21 palavras-chave por PPC. Há neste caso uma sinalização de que as intenções políticas de inclusão da temática sustentável nas instituições são maiores do que as suas aplicações diretas em conteúdos aplicados. Entretanto, todas as instituições pesquisadas incluíram algum conceito de sustentabilidade em seus projetos pedagógicos, o que favorece o entendimento de amadurecimento do assunto no meio acadêmico contábil.

Outro aspecto importante a ser observado é que as palavras-chave encontradas no **Ementário** são em sua maioria presentes nas disciplinas específicas sobre o tema. Cabe ressaltar que a presença de palavras-chave em disciplinas não específicas demonstra a capacidade de inclusão da temática sustentável de forma transversal entre as disciplinas do curso. Houve também clara intersecção entre as matérias de sustentabilidade e contabilidade já que em diversos momentos os ementários traziam as palavras-chave de sustentabilidade próximas e conceitos e ações contábeis. Alguns exemplos são:

- Contabilidade Ambiental e Social
- Responsabilidade Social Corporativa
- Auditoria Ambiental
- Relatórios Sociais
- Empreendedorismos e Responsabilidade Social
- Perícia Contábil e Ambiental

Os resultados de cada IES de forma consolidada finalizam a apresentação dos resultados desta pesquisa. Na tabela a seguir buscou-se identificar o grau de engajamento que cada instituição dedicou à sustentabilidade. Os critérios de ponderação e valores de escalonamento foram definidos pelo autor como método de ponderação qualitativa.

Como critério de avaliação não se utilizou a quantidade total de palavras-chave, mas sim, a quantidade de pilares do PPC com presença de palavras-chave relacionadas a temática, escalonando-os em três faixas: Forte, Médio e Fraco. Este critério buscou ponderar as quantidades identificadas em relação a relevância que o tema tem para a IES. As faixas de avaliação de engajamento foram definidas da seguinte maneira:

- **Forte:** todos os 5 pilares do PPC com a presença de palavras-chave;
- **Médio:** 4 a 3 pilares do PPC com a presença de palavras-chave; e
- **Fraco:** 2 a 1 pilares do PPC com a presença de palavras-chave.

Tabela 20 - Distribuição de Engajamento à Temática de Sustentabilidade.

IES	Quantidade Palavras-Chave						Análises		
	Políticas	Egresso	Grade	Ementário	Bibliografia	Total	Ranking Total Palavras-Chave	Pilares do PPC Contemplados	Engajamento
UNIFIA	19	4	4	14	8	49	4º	5	Forte
UNIFEOB	26	3	3	21	17	70	2º	5	Forte
FAJ	6	1	2	-	-	9	7º	3	Médio
UNIFESP	19	2	2	18	15	56	3º	5	Forte
CSJT-UNIMONTE	39	-	-	-	-	39	5º	1	Fraco
SENAC	48	1	4	14	27	94	1º	5	Forte
Anhembi Morumbi	7	-	2	5	-	14	6º	3	Médio
Anhanguera	4	-	2	-	-	6	8º	2	Fraco
Totais	168	11	19	72	67	337	Médias	3,6	Médio

***Engajamento:** escala de engajamento definida: 5 Forte; 4 e 3 Médio; 2 e 1 Fraco.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Outro aspecto que a Tabela 20 destaca é o *Ranking* dos PPC por quantidade total de Palavras-Chave. Os PPC foram classificados entre a primeira e quarta posição neste *Ranking* também foram os melhores classificados em relação ao engajamento.

Essa relação, assim como os demais resultados apresentados, suscita interpretações e viabilizam aprofundamentos sobre a pesquisa realizada. Para Prodanov e Freitas (2013), as manifestações do pesquisador quanto a suas convicções a partir do trabalho de pesquisa construído, podem ser abordadas ao final de seu projeto. O próximo capítulo apresenta estas que serão as considerações finais do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento do ensino de sustentabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis a partir de seus projetos pedagógicos, a fim de reunir subsídios teóricos e práticos sobre a formação de sustentabilidade para contabilistas. O estudo alcançou este objetivo ao identificar a presença da temática de sustentabilidade nos projetos pedagógicos das IES.

As informações produzidas pelo trabalho apontam que a sustentabilidade está inserida no contexto formativo de contadores dos cursos selecionados. Ainda que esta inserção possa progredir, a amostra analisada indica um padrão de existência de conceitos relacionados a questão sustentável no conteúdo programático do curso de graduação em Ciências Contábeis no estado de São Paulo. A simples inserção do conteúdo não garante que os egressos dos cursos irão adquirir conhecimento suficiente sobre o tema, mas já aponta uma perspectiva de disseminação da sustentabilidade neste segmento profissional.

A fundamentação teórica elucidou os conceitos principais da sustentabilidade, suas dimensões e suas características transdisciplinares. Esta condição de matéria que engloba diversas áreas do conhecimento permite que o seu conteúdo seja explorado de forma centralizada em disciplinas específicas ou de forma descentralizada permeando disciplinas diversas na matriz curricular dos cursos de graduação.

Além disso, a partir do levantamento bibliográfico, fica claro que a sustentabilidade está em evolução conceitual e aplicativa na sociedade. Esta evolução acontece por exemplo quando alguns de seus conceitos vão se consolidando entre autores, ou quando suas teorias passam a ser aplicadas em ações cada vez mais inovadoras. Alguns aspectos da sustentabilidade já estejam ganhando roupagem doutrinária, ou seja, consolidando o que este conceito abrange. Porém, os limites para caracterização e definição do que é Sustentabilidade ainda não foi totalmente estabelecido pela academia, pelo mercado e pela sociedade.

Logo as possibilidades de aplicação da sustentabilidade no universo contábil são amplas. O trabalho identificou em sua fundamentação diversos pontos de intersecção entre a sustentabilidade e a contabilidade, como a responsabilidade social corporativa e os relatórios de sustentabilidade, porém evidencia que mais pontos de ligação podem ser realizados entre as duas áreas.

O extenso escopo das Ciências Contábeis absorveu questões sustentáveis a sua atuação tanto pelas abordagens comuns, como a economia, quanto pelos princípios comuns, como a

ética. Ser uma ciência social aplicada já qualifica a contabilidade como um saber não somente financeiro, mas envolvendo também aspectos morais e de consciência comunitária. A sustentabilidade por sua vez nasce por meio do pacto ético com o planeta e a humanidade. Logo o compromisso ético com a sociedade passa a concatenar a ligação entre a contabilidade e sustentabilidade já que em ambas as matérias há engajamento à responsabilidade social.

A viabilidade econômico-financeira por outro lado não deve deixar de ser reconhecida com um dos aspectos de conexão entre as duas áreas do conhecimento. A perspectiva econômico/ financeira que é óbvia na ciência contábil passa a cada vez mais ser reconhecida como necessária para garantir instituições e ações perenes na busca pelo desenvolvimento sustentável.

A relação entre a sustentabilidade e a contabilidade evolui para que (i) Ciências Contábeis tenham um viés cada vez mais sustentável, além das barreiras puramente financeiras; e (ii) a sustentabilidade tenha cada vez mais uma organização econômica além das barreiras puramente idealistas. O PPC elaborado pela IES/SENAC, por exemplo, inclui um eixo transversal sobre Desenvolvimento Sustentável para todo o segundo ano do curso, ou seja, associa a sustentabilidade às disciplinas de contabilidade.

A valorização que a classe contábil institucionalmente deposita na temática sustentável ainda é incipiente visto que o CFC tem poucas disposições sobre o tema. Ainda que esta avaliação seja subjetiva não há como se negar que a instituição nos seus níveis federal e estaduais pode contribuir muito mais com a inclusão da questão sustentável à classe. Impreterivelmente em suas bases, a comunidade contábil eleva a importância da sustentabilidade em uma abordagem *bottom-up* promovendo ela mesma esse tema, uma vez que as demandas de ações sustentáveis vão se tornando cada vez maiores na sociedade.

A capacidade de indução limitada do CFC em relação aos aspectos de sustentabilidade que a sociedade demanda junto a classe contábil fica nítida, por exemplo, ao verificarmos que a indicação de disciplina *Responsabilidade Social* pelo CFC a ser incluída na grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis acaba tendo conteúdo e títulos alterados pelas IES para que aspectos ambientais e sustentáveis (de forma mais ampla) sejam incluídas. Ou seja, esta pesquisa indica que as bases da classe contábil têm procurado adequar por conta própria os conceitos de sustentabilidade a serem adotados no processo formativo, além do indicado pelo CFC.

Uma atenção institucional mais atualizada ao tema otimizaria a eficiência e velocidade de sua disseminação. A mesma linha lógica se aplica as disposições legais em relação a educação para sustentabilidade no ensino superior. O trabalho mostra que algumas IES foram

além do oferecimento de conteúdo sobre educação ambiental proposta pelo MEC avançando em aspectos socioeconômicos e responsabilidade social, ou seja, elaborando uma visão mais atualizada da sustentabilidade. Disciplinas que conectam as dimensões da sustentabilidade, principalmente o ambiental, econômico, social e ética ampliam o papel da educação como um caminho para a sustentabilidade. Esta aplicação positiva é percebida, por exemplo, na existência de três disciplinas oferecidas pelas IES com os termos “Responsabilidade Social” e “Meio Ambiente” intitulando uma mesma cadeira.

Esta velocidade das demandas sociais desafia os órgãos públicos a se tornarem mais dinâmicos para que as normatizações se mantenham como nortes propulsores de mudança social e não apenas documentos desatualizados. Os resultados individuais das IES elucidaram que se por um lado algumas IES foram além das normatizações ao planejar seu PPC, outras tiveram pouca adoção de conteúdo de sustentabilidade. Isso demonstra que a normatização ágil e vanguardista poderia impulsionar muito a promoção da sustentabilidade junto a IES, caso os seus conceitos fossem preconizados nas diretrizes acadêmicas dos órgãos reguladores.

A pesquisa demonstrou também que não é necessária uma disciplina específica para que o conteúdo da sustentabilidade seja trabalhado. Isso traz maior flexibilidade para as IES planejarem a didática a ser utilizada. Além disso, o momento acadêmico de graduação por ser propício para o desenvolvimento de competências se torna um momento relevante de aprendizagem “para” sustentabilidade e não somente “de” sustentabilidade. Ou seja, a sustentabilidade incorporada como competência a ser colocada em prática e não somente como conhecimento estático.

O esforço da pesquisa em caracterizar a sustentabilidade no contexto contábil em palavras-chave contribui na elucidação objetiva dos tópicos mais relevantes a serem aplicados no processo formativo de competências “para” sustentabilidade. A composição de algumas palavras-chave compostas (duas palavras) só foi possível usando um termo contábil e outro de teor de sustentabilidade, o que reforça a sinergia entre as duas áreas do saber. A utilização das palavras-chave na pesquisa como mecanismo de análise também transformou dados em informações que puderam ser consolidadas e comparadas entre as IES.

Entre as palavras-chave mais citadas nos PPC podemos verificar que o termo Ambiental e Responsabilidade Social tiveram grande relevância. Isso demonstra que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável ainda são interpretados e aplicados em suas dimensões separadamente. Não que isso seja um erro, mas uma característica no contexto contábil. O próprio entendimento corporativo de sustentabilidade, que muitas vezes limita-o

apenas a ações de Responsabilidade Social, influenciam a comunidade contábil quanto ao que é ou não sustentabilidade.

A presença de conteúdo relacionado a sustentabilidade em todos os PPC pesquisados demonstra a relevância do tema no domínio contábil. Entretanto, a análise das palavras-chave por pilar do PPC (Política, Ementário, Grade Disciplinar, Perfil do Egresso e Bibliografia) demonstrou que uma avaliação mais positiva só seria possível se os ementários contassem com mais citações do que foram encontradas. Afinal, o ensino da temática só é possível caso esteja presente no conteúdo programático e não somente em intenções relacionadas nas políticas do curso (pilar com mais citações) descritas no PPC.

A associação entre intenção e aplicação da sustentabilidade foi projetada na definição de engajamento de cada IES analisada na Tabela 20. A intenção do indicador foi levantar ponderadamente a disseminação da temática entre os aspectos mais subjetivos (Políticas e Perfil do Egresso) e mais objetivos do projeto pedagógico (Grade, Ementário e Bibliografia). Ainda que haja uma relação proporcional entre o grau de engajamento e a quantidade de palavras-chave, uma distribuição equilibrada entre os pilares do PPC indica com mais exatidão a importância da temática sustentável para cada IES.

Outro aspecto que indica a presença do tema de sustentabilidade no meio contábil é a indicação de que 85% das disciplinas específicas a temática sustentável oferecidas pelos cursos são obrigatórias e não optativas. É importante ressaltar que o escopo contábil aborda um leque vasto de áreas e conhecimentos, por isso a sustentabilidade ser escolhida como uma disciplina obrigatória indica que está sendo prestigiada entre as IES analisadas.

Os PPC convergiram entre alguns autores na indicação de bibliografia, sendo que alguns destes são profissionais das Ciências Contábeis. É preciso enaltecer estes autores que sendo do âmbito contábil disseminam a sustentabilidade em obras específicas para contabilistas.

Os resultados da pesquisa revelam que já há um nível razoável de relevância desta matéria entre os cursos de graduação em Ciências Contábeis no estado de São Paulo e que ainda há muito espaço para a presença da sustentabilidade se expandir no ambiente contábil. Portanto, para a formação de contabilistas hábeis às questões sustentáveis é necessário que as IES mantenham um contínuo compromisso de atualização e incremento da sustentabilidade em seus Projetos Pedagógicos de Curso.

Embora a escolha metodológica deste estudo tenha sido formatada para construir resultados relevantes, há limitações que devem ser consideradas, sendo estas: a amostra escolhida não contempla todos os cursos em Ciências Contábeis do estado; alguns projetos

pedagógicos não apresentaram conteúdo de ementa de disciplinas reduzindo assim o levantamento de dados possível. Vale mencionar que a quantidade de projetos pedagógicos disponíveis em ambiente digital para acesso público reduziu o tamanho do recorte amostral estabelecido com a seleção dos sujeitos da pesquisa.

Aprofundamentos futuros a este estudo enriqueceriam a relação entre contabilidade e sustentabilidade. Algumas sugestões de pesquisas são: aumento da amostra para progressão dos resultados; investigação do perfil e formação acadêmica de docentes que ministram disciplinas com temática sustentável em graduações em Ciências Contábeis; análise de valor percebido por egressos em Ciências Contábeis para o conteúdo sustentável; investigação da presença de disciplinas na área de sustentabilidade em cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis; investigação da relevância que empresas contratantes de profissionais de contabilidade dão às competências relacionadas ao desenvolvimento sustentável e análise de ações realizadas pelo Conselho Federal e Estaduais de Contabilidade para promoção da temática sustentável na classe profissional.

REFERENCIAL

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Planeta Sustentável, 2012.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALVES, F. J. dos S.; WEFFORT, E. F. J.; LISBOA, N. P.; ANTUNES, M. T. P. **Um estudo empírico sobre a importância do Código de Ética Profissional para o Contabilista**. Revista Cont. Fin., USP, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 58 –68, jun. 2007.
- AMBROGI, A. **A responsabilidade social das sociedades cooperativas brasileiras**: uma proposta de uso da demonstração do valor adicionado – DVA. Dissertação de mestrado. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. São Paulo, 2007.
- AMORIM NETO, R. do C.; ROSITO, M. M. B. **Ética e moral na educação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- ANDRIOLLI, et al. **Contabilizar para a sustentabilidade**: estudo de caso de uma concessionária de veículos da região do Rio Grande do Norte. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 9, Ed. Especial, p. 76-87, AGO. 2016.
- ASHLEY, P. A; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. **A responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial**: uma análise conceitual comparativa. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração. Anais do 24º Enanpad. Florianópolis, 2000.
- B3. **Relate ou Explique**, 2017. http://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/
- BACHA et al. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade** .VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2010.
- BARBIERI et al. **Inovação e Sustentabilidade**: Novos modelos e proposições. RAE-Revista de Administração de Empresas. 2010.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. 2. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**: uma trajetória comum com muitos desafios. Revista de Administração Mackenzie, Ram, São Paulo, v. 12, n. 3, p.51-82, jun. 2011.
- BARBOSA et al. **Contabilidade Ambiental**: uma análise de informações ambientais evidenciadas em relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas do setor de energia elétrica em 2014. Revista Gestão e Organizações ISSN 2526-2289 v. 01, n. 01, Maio/Out. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, 2011.
- BASSAN, Adilson do Carmo. **Desempenho econômico financeiro de empresas brasileiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Dissertação de Mestrado de Sustentabilidade. PUC-Campinas. 2018.
- BATTAGELLO, Ligia Antonio. **Responsabilidade Social Empresarial e Parcerias Sociais - Modelo Relacional e Estudo de Caso**. Dissertação Mestrado Profissional em Gestão Internacional. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.
- BEATO, R.S; SOUZA, M.T.S;PARISOTTO,I.R.S. **Rentabilidade dos índices de sustentabilidade empresarial em bolsas de valores**: um estudo de ISE/Bovespa. RAI - Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 108-127, set./dez. 2009.
- BELLIA, Vitor. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 1996.
- BENEDICTO, Eline. **A sustentabilidade nos cursos de Administração: uma reflexão sobre o ensino no Brasil**. Dissertação de Mestrado. PUC Campinas. 2019
- BERCHIN, Issa Ibrahim, CARVALHO, Andréia de Simas Cunha. **O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais**: de Estocolmo à Rio+20. UNISUL. Florianópolis. 2015.
- BOFF, L. **Ética e Sustentabilidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BORTOLANZA, Juarez. **Trajетória do ensino superior brasileiro**. Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Campos de Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2017.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988
- BRASIL. **Portaria n. 300, de 30 de janeiro de 2006 (2006a)**. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES
- BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- CALIXTO, Laura. **O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras**: um estudo exploratório. Revista Universo Contábil, v. 2, n. 3, p. 65-78, 2006.

- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. 2002. Dissertação. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82981/182356.pdf?sequence>
- CAMARGOS, Mariana Rocha. **Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do relatório de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no Brasil**. Dissertação Mestrado Unicamp, 2012.
- CARMO, L.O. **Evolução da Responsabilidade Social Empresarial e a Introdução ao Caso Brasileiro**. Revista de Administração Geral. v.1, n.2, p.118-137. 2015.
- CARROLL, A. B. **The four faces of corporate citizenship**. Business and Society Review, v. 100, p. 1-7, 1998.
- CARROLL, A. B. **Three-dimensional conceptual model of corporate performance**. Academy of Management Review, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- CARROLL, Archie B. **Corporate social responsibility evolution of a definitional construct**. Business & Society, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.
- CARSON, R. **Silent spring**. New York, 1962.
- CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Roberto. **Relato Integrado: A nova revolução Contábil**. Revista FIECAFI, v. 1, p. 21-34, 2014
- CARVALHO, Tatiana M.G. **Reflexões acerca de indicadores de sustentabilidade em comunidades locais: do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade socioambiental - qualificando o diálogo com as diferenças**. Revista Interdisciplinar Sulear. 2019.
- CAVALCANTI, I.P. ALBUQUERQUE, L.L. **Função e Responsabilidade Social do Contabilista**. Revista Eletrônica FAFIC (ISSN:2316-4328). 7ª ed. Vol.07. 2018.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis**. Brasília, 2009.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 1.003/04 – NBC T15**. De 19 De AGOSTO DE 2004. Brasília, 2004.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 1.374**, de 08 dezembro de 2011. Brasília, 2011.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de Ética Profissional do Contador**. NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019. Brasília, 2019.
- CIRELLI, G. A.; KASSAI, J. R. **Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso**. Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Vol. 19, n.7, 2010.
- CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES 10/2004**. DE 16 de dezembro de 2004. Brasília: Diário Oficial da União, 28 de dezembro de 2004.
- CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP 2/2012**. DE 15 de junho de 2012. Brasília: Diário Oficial da União, 18 de junho de 2012.
- CORREA E TEIXEIRA. **As práticas em Sustentabilidade e Contabilidade: uma revisão de literatura com enfoque na ISO 14001**. 14º ECECON. Florianópolis. 2016.
- CORREA, Monica Marella. ASHLEY, Patricia Almdeira. **Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Reflexões para ensino de graduação**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 35, n. 1, p. 92-111, jan./abr. 2018.
- COSTA, Benedito M.N. **Abrangência dos relatórios de responsabilidade social corporativa divulgados por empresas brasileiras**. Dissertação Mestrado Administração. UFC. Fortaleza, 2016.
- CUNHA, Tácio Marques da. OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra de. PIMENTEL, Márcio Sampaio. **O ensino da contabilidade ambiental nos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 05, pp. 126-157. Janeiro de 2020.
- DAHLSTRUD, A. **How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 15, p. 1-13, 2008.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century**. UK: Capstone Publishing. 1999.
- EPIPHÂNIO, Pedro Paulo Diniz, ARAUJO Handrey Borges. **É o desenvolvimento sustentável, sustentável? uma análise crítica a toda a retórica que se tem feito em torno do tema**. Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal. Garça. 2008.
- FEIL, Alexandre André. SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.
- FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas. 2015.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977.
- FROSI, Miriam. OTT, Ernani. Grandó, Tadeu. **Análise do Alinhamento dos Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis de IES da Região Sul do Brasil com a Proposta de Currículo do Conselho Federal de Contabilidade**. ANPAD, 2013.

- GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2008.
- GARAY, Angela B.S. **A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na Percepção de Jovens Talentos de Cursos de Administração**. ENPAD. 2006. Salvador, 2006.
- GASPAR, Ricardo Carlos. **A trajetória da economia mundial**: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. Cad. Metrop. vol.17 no.33 São Paulo. 2015
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, H.P.; INGRID, V.; MARIA, V.; PONTE, R. **Determining factors in voluntary disclosure from a sustainability point of view**: An analysis of companies from BRIC countries, 2011.
- GRI, **Sobre Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo, 2019.
- GURSKI, Bruno, GONZAGA, Roberto, TENDOLINI, Patricia. **Conferência de Estocolmo**: um marco na questão ambiental. Administração de Empresas em Revista. UNICURITIBA. V.11. n.12. 2012.
- HAAS, Célia M. **Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior**: aspectos legais na gestão acadêmica. RBPAE – v.26, n.1, p.151-171, jan./abr. 2010.
- HAMMOND, A., et al. **Environmental indicators**: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington, D.C.: World Resources Institute, 1995.
- HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. **The Triple Bottom Line: Does it All Add Up?** Earthscan, London, p. 1-16, 2004.
- HOPWOOD, B., Mellor, M., & O'Brien, G. **Sustainable development**: mapping different approaches. Sustainable Development, 13(1), 38-52. 2005.
- IBRACON, **Comunicado técnico nº07 de 2012**. São Paulo. 2012.
- IIRC - International Integrated Reporting Council. **Minute Exposure Draft IIRC**. 2010.
- IIRC - International Integrated Reporting Council. **A Estrutura Internacional para Relato Integrado**. 2014.
- INEP. **Censo da Educação Superior**, 2019. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>
- INEP. **Resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior**, 2018. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados>
- INSTITUTO ETHOS, **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. São Paulo, 2019.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006
- IUDÍCIBUS, S.; Ricardino Filho, A. A.. **A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil**. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 29, p.7-25, maio/ago. 2002.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JACOBI, P. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educ. Pesqui. v.31 n.2 São Paulo maio/ago. 2005.
- JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação das práticas coletivas**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000.
- JANOTTI, A. **Origens das universidades**: singularidade do caso português. 2º ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- KREITLON, Maria Priscila. **A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade**: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. ENANPAD, 28, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- MACHADO, Eduardo Leoni. **Sustentabilidade no ensino superior**: reflexões a partir da produção científica qualificada no Brasil entre 2007 e 2016. PUCCAMP 2018.
- MAKOVER, J. **A economia verde**: descubra as oportunidades e os desafios de uma nova era dos negócios. São Paulo: Gente. 2009.
- MANTOVANI, F. R.; Jael, A.; Lee, A.; Bezerra, I.; Santos, R. B. **Relato Integrado**: Uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. Redeca, v.4, n.1. Jan- Jun. 2017.
- MARCOVITCH, Jacques e PINSKY, Vanessa. **Bioma Amazônia: atos e fatos**. Estud. av. [online] vol.34, n.100, pp.83-106. USP. 2020.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- MARTINS, P. L.; FREITAS, C.; MOREIRA, G.; DÂNGELO, L.; DIAS, V. **A Responsabilidade Social Aplicada na Contabilidade**. XII SEGeT–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 28-30 out. 2015.
- MEC, **Portaria 439 de 30 de maio de 2018**. Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis. 2018.
- MEC, **Portaria 439 de 30 de maio de 2018**. Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis. 2018.

- MEC, **Resolução 2 de 15 de junho de 2012**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012.
- MELIS, F. **Storia della ragioneria** – contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti piú significative della storia economica. Itália: Bologna - Dott. Cesare Zuffi – Editore, 1950.
- MELO, Letícia Aparecida Silva. **Ética profissional contábil: aspectos e considerações dos alunos de ciências contábeis de uma universidade federal do interior de minas gerais**. 2017.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados, vol.26 no.74 São Paulo. 2012.
- NASH, L. L. **Ética nas empresas: boas intenções à parte**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- NIYAMA, J. K. et al. **Conhecimento de contabilidade internacional nos cursos de graduação em ciências contábeis: estudo da oferta na instituições de ensino superior das capitais brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações. 2008.
- OECD. **Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the State of the environment**. Paris, 1993.
- OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. **Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma Reflexão Preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas**. Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos. Goiânia, v. 2, n. 2, p. 109-110, jul./dez 2016.
- OLIVEIRA, L. R. de et al. **Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações**. Produção, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1, jan./fev. 2012.
- OLIVEIRA, J. et al. **Educação ambiental e a legislação brasileira: contextos, marco legal e desafios para a educação básica**. Campinas: Editora Unicamp, 2017.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Os “limites do crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.
- OLIVEIRA, M. C. de. **Julgamento Moral na Contabilidade: estudo sobre o processo educacional de estudantes de graduação e pós-graduação stricto sensu**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. UFMG 2011.
- ONU, **Declaração da Conferência da ONU para o Meio ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>
- ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf
- ONU. **Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável: Das nossas origens ao futuro**. 2002.
- ONU. **Documento Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>
- ONU. **O futuro que queremos. Rio+20**. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>
- ONU. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2015.
- ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Ministério das Relações Exteriores. 2015.
- PARDINI, D. et al. **Origens e evolução da responsabilidade social corporativa: uma perspectiva histórica de quatro siderúrgicas brasileiras**. Belo Horizonte. 2007
- PELEIAS, I. et. al. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica**. R. Cont. Fin. São Paulo. 2007.
- PELEIAS, Ivam Ricardo. **Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros cursos superiores: São Paulo**. 2006.
- PEREIRA, N.S. et al. **Relatórios de sustentabilidade: ferramenta de interface no desempenho social, econômico e ambiental das organizações**. Revista Auditoria Governança e Contabilidade. 2015.
- PRADANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.
- REIS, L.G. e TARIFA, M.R. **Contabilidade e sustentabilidade: uma análise dos artigos publicados em periódicos qualis no período de 2007 a 2011**. R. Cont. Ufba, Salvador. 2014.
- RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação de Mestrado. USP. 1992.
- RIBEIRO, José Cláudio Junqueira. **Indicadores Ambientais – Avaliando a política de meio ambiente no Estado de Minas Gerais**. Semad: Belo Horizonte, 2006.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RICARDO et al. **Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação**. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 90-104, jan./abr. 2017.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.
- ROCHA, Renato Conte. GEORGES, Marcos R.R. **Temática de Sustentabilidade nos Cursos de Ciências Contábeis**. XV Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2019. Disponível em: <https://www.eventoanap.org.br/eventos/paginas/evento/17/pagina/anais>

- ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável.** Cienc. Cult. vol.71 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2019 http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990).** Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.
- SANTOS, A.C. **A inserção da temática sustentabilidade em cursos de graduação em Ciências Contábeis de IES públicas do estado do Paraná: um enfoque sobre o ambiente institucional.** Dissertação de Mestrado. UEM. 2019.
- SANTOS et. al. **Organizações e Sustentabilidade.** Londrina, v. 4, n. 1, p. 3-48, jan./jun. 2016.
- SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M.s.. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura.** Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p.1-22, 2014.
- SELGE et al. **O planejamento pedagógico nos cursos de graduação da UFTM.** Revista Triângulo. 2019.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, J.F.P. ROGRIGUES, R.N. **Sustentabilidade empresarial: O paradigma da formação do profissional contábil x Responsabilidade social das Empresas.** X Seminário UFPE de Ciências Contábeis. 2016.
- SILVA, Maria Kock, ROVER, Sulani. **Relatórios de sustentabilidade: existe diferença no disclosure ambiental entre os modelos adotados por empresas brasileiras?.** Congresso Anpcont Ribeirão Preto. 2016.
- SOBRINHO, Carlos Aurélio. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland.** Dissertação UNESP. Marília, 2008.
- SOUZA, Tadeu Coelho Gonçalves. **Relatório de sustentabilidade: proposta de aplicação em uma instituição de ensino superior comunitária “a luz da Global Reporting Initiative (GRI).** Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade. PUC Campinas, 2018.
- STALLIVIERI, Luciane. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil: Características, Tendências e Perspectivas.** Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais. Universidade de Caxias do Sul. 2006.
- STIGLITZ-SEN-FITOUSSI. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.** Paris: 2009.
- THIMÓTEO, A. C. A., Garcez, M. P., & Hourneaux Junior, F. **O uso e a importância dos indicadores de sustentabilidade nas organizações: estudos de casos em empresas de energia elétrica.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 4(3), 89-102. 2015.
- TINOCO, J. E. P. **Balanco social e relatório da sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2010.
- TINOCO, João E. P. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações.** São Paulo: Atlas, 2001. United Nations. Integrated Environmental and Economic Accounting: an Operation Manual. Series F, no 78. 2000.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas. 2004.
- TONELLO, I.; LUNARDELLI, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. **Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação.** Ponto de Acesso , v. 6, p. 21-34, 2012.
- TRISTÃO, M. **As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- TUNSTALL, D. **Developing and using indicators of sustainable development in Africa: an overview.** Prepared for the Network for Environment and Sustainable Development in Africa (NESDA). In: Thematic Workshop on Indicators of Sustainable Development, May 16-18, 1994, Banjul, The Gambia, 1994.
- TUNSTALL, D. **Developing environmental indicators: definitions, framework and issues.** Background materials for the World Resources Institute. In: Workshop on Global Environmental Indicators, December 7-8, 1992, Washington, D.C., World Resources Institute, 1992
- VALERETTO, Gerson João. **A temática tributaria na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis: Um estudo comparativo entre os conteúdos das universidades federais com a proposta nacional do Conselho Federal de Contabilidade – FBC e proposta do UNCTAD/ISAR.** Dissertação de Mestrado curso de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. 2010.
- VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação.** Cad. EBAPE.BR vol.2 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2004.
- VEIGA, J.E; ZATZ, L. **Desenvolvimento Sustentável: que bicho é esse?** Campinas: Ed. Autores Associados, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ªedição Papirus, 2002.
- VEIGA, José Eli. **Indicadores de sustentabilidade.** Estud. av. vol.24 no.68 São Paulo, 2010.
- VEIGA, José Eli. **Meio ambiente & desenvolvimento.** São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.

- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VELLANI, C. L.; RIBEIRÃO, M. S. **Sustentabilidade e Contabilidade**. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. UFSC, Florianópolis, 2009.
- VOLTOLINI Ricardo. **Conversas com Líderes Sustentáveis**. São Paulo: Senac/SP, 2011.
- WOOD, Donna. **Social Issues in management**: theory and research in corporate social performance. *Journal of management*; vol.17, n.2, p.383. 1991.
- WU, Yen-chun Jim; SHEN, Ju-peng. **Higher education for sustainable development: a systematic review**. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 17, n. 5, p.633-651, 5 set. 2016.